



Capítulo 5

Governança política e económica em África

Este capítulo aborda os dados mais recentes sobre a governação em África, com o objetivo de analisar a eficácia das instituições públicas em sustentar o desenvolvimento no continente africano. Nesse contexto, analisa-se as reivindicações relativas às políticas públicas, os atuais desafios em suprir as necessidades relacionadas, bem como exemplos de boas iniciativas que constituem bases para o futuro.

As principais questões de interesse são as seguintes: O que sabemos sobre as reivindicações dos cidadãos para a governação económica e política em África? Qual o desempenho atual das instituições públicas na resposta a estas reivindicações? Quais os exemplos de iniciativas políticas que conduzem à obtenção de resultados em África?

Em primeiro lugar, são apresentadas as principais constatações e, nas secções seguintes, são fornecidos os detalhes sobre como essas conclusões foram obtidas.

Os dados mais recentes sobre a governação em África apontam para uma crescente reivindicação de melhores oportunidades económicas e de maior transparência e prestação de contas nas políticas públicas. As prioridades das empresas incluem a melhoria do acesso à eletricidade, dos financiamentos e das políticas de concorrência.

Continuam a existir grandes desafios na maioria dos países, no que respeita aos processos de decisão política.

- O compromisso com a transparência e prestação de contas nas instituições de decisão política está ainda aquém das expectativas dos cidadãos. O mesmo se verifica para o desempenho das administrações públicas.
- Pesquisas de opinião demonstram uma fraca confiança nas principais instituições políticas e nos organismos responsáveis pelas políticas públicas, particularmente no que diz respeito ao seu empenho em garantirem a transparência na esfera política.

As iniciativas políticas recentes revelam bons exemplos de obtenção de resultados na prestação de serviços públicos.

- Os países africanos estão a levar a sério a reforma dos seus ambientes de negócio.
- As reformas de regulamentação e as inovações digitais estão a aumentar a eficácia de utilização dos recursos públicos, bem como a melhorar o fornecimento de serviços.
- Algumas iniciativas novas visam responder às prioridades de desenvolvimento empresarial.

No futuro, o reforço dos processos de supervisão e de prestação de contas será essencial para identificar e resolver desafios transversais. Uma boa supervisão pode contribuir, igualmente, para reduzir a fragmentação institucional e a duplicação de esforços pelos governos.

Sabia que...?

- Cabo Verde, Marrocos, o Quênia e o Ruanda estão a melhorar significativamente os serviços públicos por meio de reformas das políticas e de inovações digitais.
- Entre 2005 e 2015, 30 países africanos melhoraram os seus resultados de gestão orçamental.
- Em 2014/15, 5 países africanos figuravam entre os 10 países mais reformadores no relatório *Doing Business*.
- Um terço dos protestos públicos registados entre 2014 e 2016 tiveram como foco os salários, as condições de trabalho e o desemprego.

Os 3 serviços com mais fácil acesso  Fácil!

Verifica-se uma melhoria da prestação de serviços e da utilização dos recursos públicos



Educação



Saúde

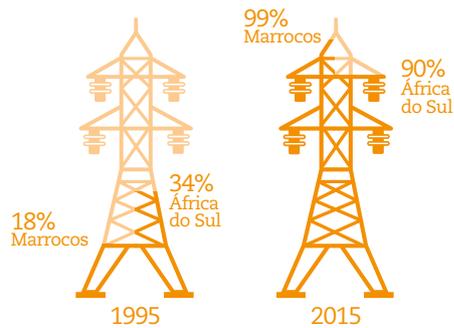


Documentos de identificação

Como as instituições públicas em África estão a atender às reivindicações dos cidadãos?

Há uma melhoria da conectividade à rede elétrica

Localidades ligadas à eletricidade em Marrocos/ Agregados familiares na África do Sul



Os mecanismos de e-government têm vindo a enraizar-se nas administrações públicas em África



Os dados mais recentes sobre a governação em África apontam para uma crescente reivindicação de melhores oportunidades económicas, transparência e prestação de contas

O objetivo desta secção é documentar as reivindicações públicas para melhorias na governação política e económica em África, bem como o que estas exigências revelam sobre os desafios enfrentados pelos governos e instituições políticas no continente. A principal questão analisada é: o que sabemos sobre as reivindicações dos cidadãos para uma melhoria na governação política e económica em África, e qual a sua variação no continente africano? A abordagem prosseguida consistiu em identificar e monitorizar as reivindicações políticas através de dados recolhidos em sondagens de opinião, bem como em indicadores baseados em factos sobre os protestos públicos e sobre os seus motivos (Caixa 5.1). Para complementar esta informação, foram analisados inquéritos às empresas e indicadores macroeconómicos, refletindo os principais fatores económicos que guiam indiretamente a opinião pública.

Caixa 5.1. A análise das reivindicações públicas por uma melhor qualidade da governação: o quadro conceptual

Este capítulo aborda a qualidade da governação, quer em termos dos resultados, quer dos processos subjacentes e das políticas de regulação que possam ter contribuído para tais resultados. Os resultados da governação consistem na capacidade dos governos e de outras instituições públicas atingirem resultados e corresponderem às expectativas dos cidadãos relativas à prestação de serviços, bens públicos e oportunidades económicas.

Esta abordagem tem vários motivos. Quando as sociedades são mais exigentes sobre a qualidade da governação, os seus governos e outras instituições públicas têm de ajustar as suas políticas e tomar medidas para responder a estas reivindicações. Assim, o relatório *Perspetivas económicas em África* inclui um capítulo sobre governação, não só para compreender melhor a atual situação económica, mas também para obter pistas sobre se a economia está a evoluir de uma maneira sustentável. Com efeito, a capacidade das instituições governativas responderem às expectativas das pessoas através de compromissos políticos credíveis é essencial para um país alcançar um progresso económico e político duradouro.

Segundo David Levi-Faur, a governação não diz respeito apenas à forma de organização das instituições formais e informais, mas também aos “processos, mecanismos e estratégias” da decisão política (Levi-Faur, 2012: 4; Rhodes, 2012). Isto refere-se aos processos de tomada de decisão, aos mecanismos de cumprimento e controlo bem como às estratégias que orientem as instituições para se alinharem com as preferências públicas.

Este capítulo reconhece a importância do contexto político e a complexidade da negociação política no seio das elites. No entanto, não pretende fornecer uma análise profunda destes aspetos da economia política, mas sim documentar as reivindicações públicas para melhorias na governação e avaliar os desafios em corresponder a essas exigências dentro do processo de decisão política.

São apresentadas três fontes de prova para documentar as exigências de uma melhoria na qualidade da governação em África: 1) sondagens de opinião; 2) os Inquéritos às Empresas e indicadores macroeconómicos do Banco Mundial; e 3) um conjunto de indicadores originais baseado num estreito acompanhamento dos protestos públicos. O Centro de Desenvolvimento da OCDE é responsável pelo desenvolvimento deste último conjunto de indicadores, mencionados como Indicadores de Governação do PEA. Esses consistem numa medição real das reivindicações públicas para uma melhor governação, a qual reflete os incidentes e protestos públicos, os

Caixa 5.1. A análise das reivindicações públicas por uma melhor qualidade da governação: o quadro conceptual (cont.)

motivos que os motivam e a resposta governamental aos protestos. Os indicadores espelham igualmente incidentes que reflitam mudanças na qualidade da interação entre os governos, outras instituições políticas e os cidadãos. Esta metodologia foi desenvolvida primeiro por Dessus, Lafay and Morrisson (1998).

- Os protestos públicos são definidos como greves ou qualquer tipo de manifestação com motivações políticas, económicas ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração (número de dias ou semanas) e classificação de intensidade, que é medida com base no número de manifestantes. A metodologia detalhada destas classificações de intensidade é apresentada no anexo estatístico deste relatório.
- Um acompanhamento de várias formas de tensões civis é efetuado, nomeadamente da violência com motivos políticos, dos conflitos intercomunitários e dos atos terroristas contra as populações - as quais refletem a escalada das exigências e do descontentamento público para atos violentos. Cada evento relevante é identificado e depois ponderado com base em fatores como a intensidade, a duração e o número de vítimas.
- São recolhidas informações sobre o endurecimento político. Este consiste num aumento das restrições governativas sobre a capacidade das populações se organizarem ou expressarem politicamente (p.ex. proibições de manifestações, recolher obrigatório ou estado de emergência, detenções e violência perpetrada pelas forças de autoridade).

Este exercício minucioso de monitorização baseia-se numa triangulação das notícias relatadas, numa base diária, por uma grande rede de jornalistas que trabalham nas agências noticiosas em África – a Agência France-Press (AFP) e a Reuters. O recurso a agências noticiosas reputadas permite a recolha de notícias publicadas numa grande quantidade de jornais, o que é uma boa garantia de fiabilidade. Mais de 65 000 notícias relevantes em todo o continente africano são analisadas anualmente para este relatório.

Por fim, é importante ter em conta que estes indicadores fornecem uma perspetiva complementar das reivindicações públicas, devendo ser interpretados à luz da liberdade política nos vários países. Um baixo nível de protestos, por exemplo, não é sinal de boa ou má governação. Um país com poucos protestos pode indicar uma satisfação geral com o regime, mas pode também ser reflexo de um regime repressivo que suprime de forma eficaz a dissidência. A existência de protestos revela informações importantes sobre as exigências públicas, que podem ajudar os decisores políticos a compreenderem-nas melhor e a aumentarem a sua capacidade de resposta às expectativas dos cidadãos.

As reivindicações prioritárias expressas pelos cidadãos em África dizem respeito ao emprego, enquanto verificando-se as expectativas de melhoria da governação pública crescem

Os dados mais recentes de várias sondagens de opinião (do Afrobarómetro, da Gallup Organization e do Pew Research Center) confirmam que o desemprego continua a ser a preocupação mais premente para os cidadãos africanos. Os cidadãos consideram que os governos deveriam abordar este problema e gastar mais fundos para o resolver. Os cuidados de saúde e a educação são, respetivamente, o segundo e terceiro problema mais mencionado. Desde 2008, têm também aumentado as expectativas sobre uma melhoria das infraestruturas.

Apesar destas tendências gerais, as respostas as sondagens variam consideravelmente entre os países africanos. Além disso, também não refletem um agrupamento regional das prioridades, uma vez que os países da mesma região expressam prioridades muito diferentes (Tabela 5.1).



Os cidadãos africanos tendem a demonstrar taxas de satisfação baixas sobre os seus serviços públicos, em comparação com o resto do mundo. De acordo com as sondagens Gallup, em média, as taxas líquidas de satisfação são negativas para a maioria dos principais serviços, nos países africanos analisados (Figura 5.1). Pelo contrário, no resto do mundo, as taxas líquidas de satisfação são positivas para todos esses serviços, com exceção dos esforços governamentais de resposta ao desemprego.

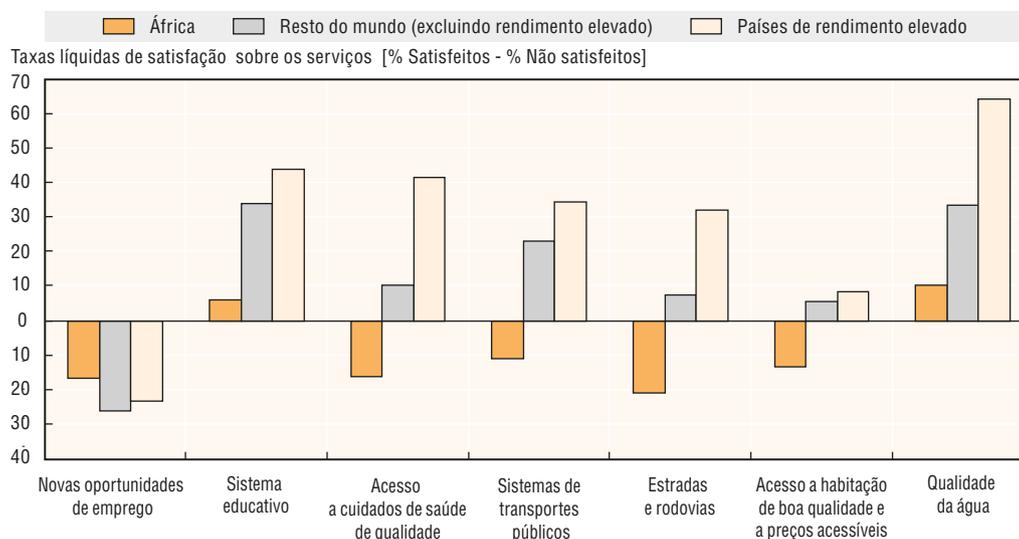
Tabela 5.1. Problemas mais importantes referidos pelos cidadãos africanos, por país (Inquérito Afrobarómetro 2014/15)

| Este assunto estava entre as três questões mais referidas pelos residentes como o problema mais importante no país, em 2015? | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|------------|-----------|-----------|--------------------------------------|----------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------------------------|------------------|
| País | Assunto mais referido | Desemprego | Saúde | Educação | Preocupação com a redução da pobreza | Infraestruturas / estradas | Fornecimento de água | Criminalidade e segurança | Acesso à alimentação (riscos de escassez) | Outros assuntos* |
| África do Sul | Desemprego | ✓ | | | | | | ✓ | | ✓ |
| Argélia | Desemprego | ✓ | | | ✓ | | | | | ✓ |
| Benim | Infraestruturas / estradas | | ✓ | | | ✓ | ✓ | | | |
| Botswana | Desemprego | ✓ | | ✓ | ✓ | | | | | |
| Burkina Faso | Fornecimento de água | | ✓ | | | | ✓ | | ✓ | |
| Burundi | Preocupação com a redução da pobreza | | | | ✓ | | | | ✓ | ✓ |
| Cabo Verde | Desemprego | ✓ | | | ✓ | | | ✓ | | |
| Camarões | Desemprego | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | | |
| Côte d'Ivoire | Desemprego | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | | |
| Egito | Desemprego | ✓ | ✓ | | ✓ | | | | | |
| Gana | Desemprego | ✓ | | ✓ | | | | | | ✓ |
| Guiné | Fornecimento de água | | ✓ | | | ✓ | ✓ | | | |
| Lesoto | Desemprego | ✓ | | | | ✓ | ✓ | | | |
| Libéria | Desemprego | ✓ | | | | ✓ | | | | ✓ |
| Madagáscar | Criminalidade e Segurança | ✓ | | | | ✓ | | ✓ | | |
| Malawi | Acesso à alimentação (riscos de escassez) | | ✓ | | | | ✓ | | ✓ | |
| Mali | Acesso à alimentação (riscos de escassez) | | ✓ | | | | | | ✓ | ✓ |
| Maurícias | Desemprego | ✓ | | | ✓ | | | ✓ | | |
| Namíbia | Desemprego | ✓ | | ✓ | ✓ | | | | | |
| Níger | Fornecimento de água | | ✓ | | | | ✓ | | ✓ | |
| Nigéria | Desemprego | ✓ | | | ✓ | | | | | ✓ |
| Quênia | Criminalidade e Segurança | ✓ | | ✓ | | | | ✓ | | |
| Senegal | Saúde | ✓ | ✓ | ✓ | | | | | | |
| Serra Leoa | Educação | | ✓ | ✓ | | ✓ | | | | |
| Suazilândia | Desemprego | ✓ | | ✓ | ✓ | | | | | |
| Sudão | Desemprego | ✓ | | | ✓ | | | | | ✓ |
| Tanzânia | Saúde | | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | |
| Togo | Saúde | ✓ | ✓ | ✓ | | | | | | |
| Tunísia | Desemprego | ✓ | | | ✓ | | | ✓ | | |
| Uganda | Saúde | | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | |
| Zâmbia | Saúde | | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | |
| Zimbabwe | Desemprego | ✓ | | | | ✓ | | | | ✓ |
| Número de países que referem o problema | | 21 | 15 | 11 | 11 | 9 | 9 | 6 | 5 | 9 |

Nota: * Outros assuntos incluem: a gestão da economia (Libéria, Sudão e Zimbabwe), a habitação (Argélia e África do Sul), a energia elétrica (Gana e Nigéria), a agricultura (Burundi) e a instabilidade política / tensões étnicas (Mali).

Fonte: Adaptado de Afrobarómetro (2016), www.afrobarometer.org/.

Figura 5.1. Classificação da sondagem sobre a satisfação relativamente aos principais serviços em África, nos países de rendimento elevado e no resto do mundo, 2013-15

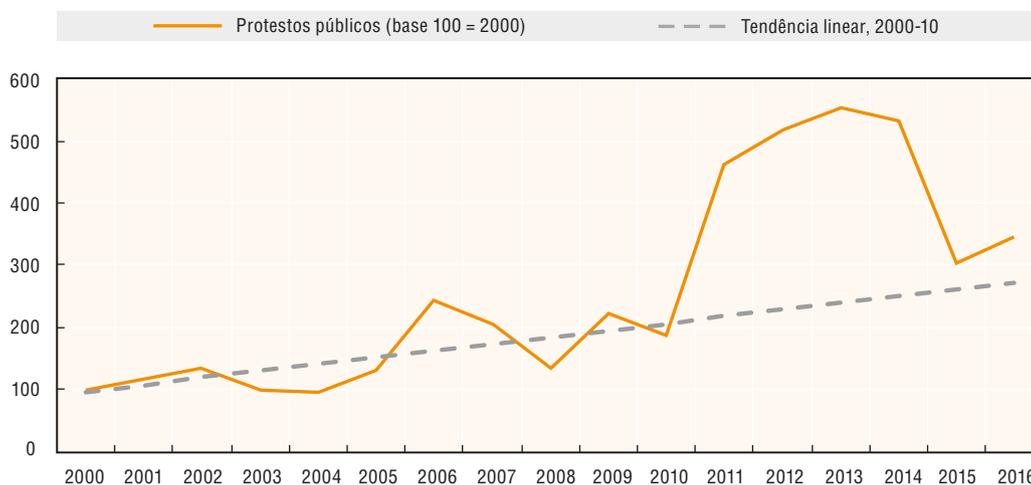


Fonte: Sondagens Gallup em 2013, 2014 e 2015 (estão aqui representados 42 países africanos, 49 países de rendimento elevado e 59 outros países) (Gallup, 2016), <http://gallup.com/services/170945/world-poll.aspx>.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475294>

A intensidade dos protestos públicos voltou aos níveis pré-2011, mas o descontentamento com a economia e com a prestação de contas continua a ser generalizado

Em África, os protestos públicos sob a forma de greves e manifestações diminuíram, após alguns anos de protestos excecionalmente elevados. Esse pico deveu-se, em parte, à Primavera Árabe. Em 2016, verificou-se um ligeiro aumento da intensidade desses eventos (Figura 5.2), mas continuando em linha com a tendência entre 2000 e 2010.

Figura 5.2. Índice dos protestos públicos em África, 2000-16

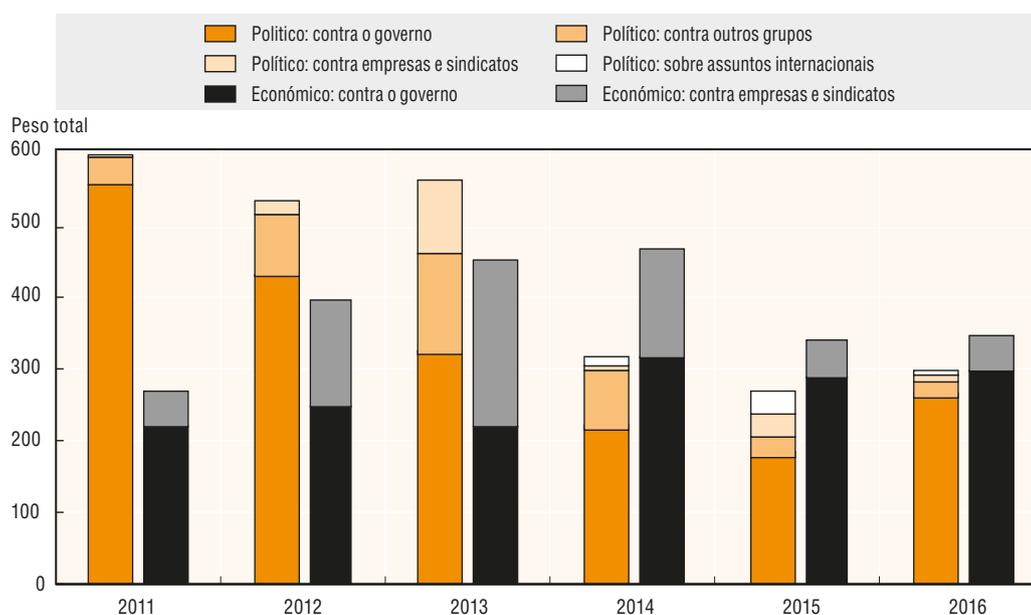


Nota: Os protestos públicos referem-se a greves ou a qualquer manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração e classificação de intensidade, com base no número de manifestantes. Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico.

Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475309>

O descontentamento sobre a economia continua a ser generalizado, sendo agora o principal fator de protesto. Os protestos motivados por preocupações económicas têm-se mantido praticamente inalterados desde 2014, constituindo a maioria dos protestos públicos em África (Figura 5.3). Isto está em consonância com outras pesquisas que demonstram a ampla difusão do descontentamento com a economia nos países africanos (Wike et al., 2017). As preocupações económicas mais importantes que constituem motivo de protesto foram as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Relativamente aos protestos com motivações políticas, as greves e manifestações ligadas a processos políticos diminuíram significativamente nos últimos anos, enquanto em 2011 este tipo de protesto representava a maioria dos protestos públicos em África.

Figura 5.3. Principais motivos dos protestos públicos em África: Assuntos políticos versus assuntos económicos, 2011-16



Nota: Os protestos públicos referem-se a greves ou a qualquer manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração e classificação de intensidade, com base no número de manifestantes. Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico.

Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África.

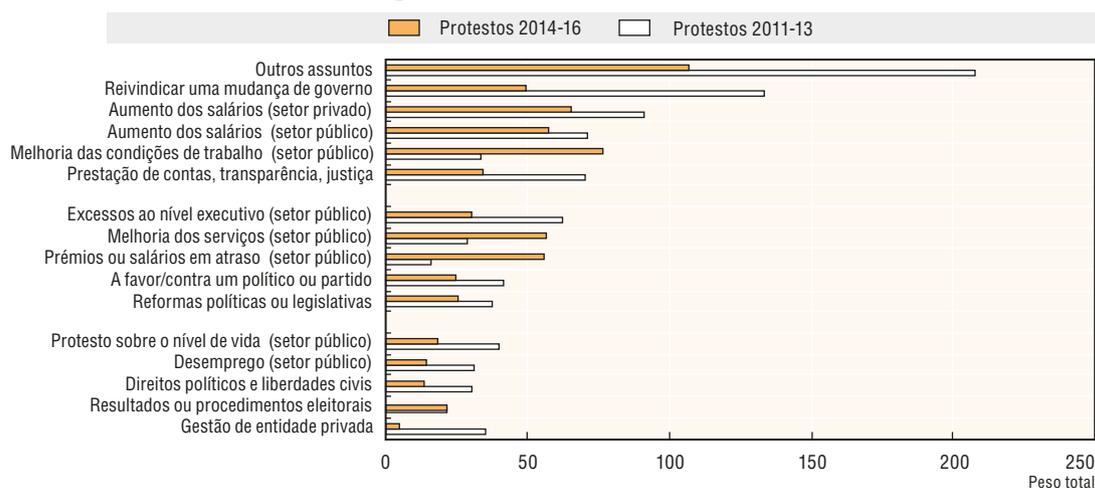
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475315>

No total, foram registados na base de dados do PEA mais de 3 600 protestos públicos com motivações económicas e políticas, entre 2011 e 2016. As formas comumente democráticas e pacíficas de expressar as reivindicações públicas apontam, frequentemente, para sociedades civis vibrantes e para progressos nas liberdades políticas no continente africano. Entre 2011 e 2016, apenas três países (Cabo Verde, Lesoto e Seychelles) não registaram qualquer protesto público na base de dados, enquanto 41 países reportaram mais de 10 protestos públicos cada. O número máximo de protestos foi registado na Tunísia (416), seguida da África do Sul (356). É importante salientar que um baixo nível de protestos não é sinal de boa ou má governação, devendo ser interpretado à luz da liberdade política existente nos países (Caixa 5.1). Um país com poucos protestos pode indicar uma satisfação geral com o regime, mas pode também ser reflexo de um regime repressivo que suprime de forma eficaz a dissidência.

Os motivos dos protestos foram registados e analisados em pormenor. No período 2014-16, cerca de 33% foram questões relacionadas com o emprego, como os salários, as

condições de trabalho e o desemprego. Os protestos ligados a questões políticas consistiram em exigências de maior transparência e prestação de contas (*accountability*) por parte dos funcionários públicos e ao desejo de substituição das lideranças governativas (Figura 5.4).

Figura 5.4. Os 15 principais motivos dos protestos públicos em África: Comparação entre 2011-13 e 2014-16



Nota: Os protestos públicos referem-se a greves ou a qualquer manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração e classificação de intensidade, com base no número de manifestantes. Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico.

Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475321>

As prioridades das empresas incluem a melhoria do acesso à eletricidade, dos financiamentos e das políticas de concorrência

A necessidade de energia elétrica vai para além da questão do acesso limitado à rede elétrica

Apesar do acesso às redes elétricas por parte das empresas ter melhorado, a eletricidade é ainda mencionada frequentemente pelos empresários como um grande desafio às suas atividades. Em 2008, mais de 50% das empresas e dos empresários na África subsariana tinham acesso à eletricidade (Fjose et al., 2010: 24-25). Atualmente, 39% das empresas africanas encaram a falta de acesso à eletricidade como um forte constrangimento (Enterprise Surveys, 2016). Este número é 20% maior do que nos países de rendimento elevado da OCDE (Enterprise Surveys, 2016). As falhas de energia elétrica e a sua duração são questões importantes na África subsariana. Esta fonte de dados demonstra igualmente que, na África subsariana, o número de falhas de eletricidade é de cerca de 8.5 num mês típico e a duração média é de 4.1 horas por interrupção, enquanto nos países de rendimento elevado da OCDE se verifica uma média de 0.4 falhas de energia elétrica por mês, com 0.4 horas de duração por cada interrupção.

A fraca fiabilidade do fornecimento de eletricidade afeta as oportunidades económicas na maioria dos países africanos (Oyuke et al., 2016). Em 25 países do continente africano, verificam-se crises frequentes nas redes de energia, caracterizadas por cortes de energia, fornecimento irregular e altos custos da eletricidade. Além disso, o preço da eletricidade tem vindo a subir devido às exigências de aumento da capacidade energética. As atuais linhas de transmissão no continente estão sobre exploradas, o que aumenta a frequência das falhas de energia, afetando negativamente as perspetivas de crescimento económico (Fjose et al., 2010). Devido à falta de investimento na infraestrutura elétrica e energética, muitas empresas geram a sua própria energia, com recurso a geradores a gásóleo, o que

aumenta os custos de produção. De acordo com os Inquéritos às Empresas, mais de 50% das empresas na África subsariana possuem ou partilham um gerador, em comparação com 11% nos países de rendimento elevado da OCDE. Estas crises frequentes resultam de uma desadequação das políticas de manutenção no setor energético ao longo das últimas décadas. A boa notícia é que, atualmente, várias iniciativas estão a ser implementadas para retificar esta situação.

O financiamento do desenvolvimento conta com fraco apoio em termos de regulação

Os prémios de risco sobre os empréstimos são elevados e impedem as pequenas empresas de acederem a empréstimos adequados. Cerca de 20% das pequenas e médias empresas (PME) em África consideram que o acesso a financiamento constitui o principal desafio aos negócios (ACET/Banco Mundial, 2016). Como demonstra a Tabela 5.2, a diferença entre as taxas dos empréstimos ao setor privado e as taxas para os títulos do tesouro é maior em África do que no resto do mundo. A informação de crédito também não é muito detalhada.

Na África subsariana, o sistema bancário desempenha um papel menos preponderante na concessão de crédito às empresas do que noutras regiões do mundo (Fjose et al., 2010; BAD, 2013; FMI, 2016a). O recurso a créditos e empréstimos bancários na África subsariana é menor do que nas outras regiões em desenvolvimento, embora existam variações entre os países (Enterprise Surveys, 2016). Esta lacuna de financiamento tem maior impacto nas empresas de dimensão média, uma vez que as suas necessidades ultrapassam o nível máximo de empréstimo concedido pelas instituições de micro-crédito, mas estão abaixo dos empréstimos mínimos disponibilizados por bancos comerciais (UNIDO/GTZ, 2008; Beck, 2013). Estas empresas de médio porte em escassez, que são frequentemente referidas como “*missing middle*”, têm usualmente um grande potencial de crescimento, nomeadamente nos mercados de exportação de produtos transformados, conforme analisado num relatório conjunto da OCDE e do Banco Mundial (2015).

Tabela 5.2. Indicadores selecionados sobre o acesso a financiamento em África, nos países de rendimento elevado e no resto do mundo, 2011-15

| Dimensões do acesso ao crédito | Grupos de países | Valor médio (2011-15) | Valor da mediana | Número de países |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| Prémio de risco sobre os empréstimos (taxa de juro dos empréstimos menos taxa de títulos do tesouro) | África | 9.6 | 7.4 | 22 |
| | Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado) | 6.4 | 5.0 | 37 |
| | Países de rendimento elevado | 3.7 | 3.7 | 21 |
| Crédito interno da banca ao setor privado (% PIB) | África | 26.5 | 21.4 | 49 |
| | Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado) | 47.0 | 43.9 | 80 |
| | Países de rendimento elevado | 98.0 | 88.2 | 45 |
| Detalhe da informação de crédito – Índice (0=baixo a 8=alto) | África | 2.4 | 0.0 | 52 |
| | Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado) | 4.8 | 6.0 | 86 |
| | Países de rendimento elevado | 5.8 | 6.0 | 49 |
| Mutuários da banca comercial (por 1 000 adultos) | África | 66.6 | 36.6 | 36 |
| | Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado) | 222.1 | 205.3 | 51 |
| | Países de rendimento elevado | 515.2 | 524.3 | 14 |
| Crédito interno ao setor privado (% do PIB) | África | 28.5 | 21.6 | 49 |
| | Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado) | 49.7 | 45.2 | 80 |
| | Países de rendimento elevado | 103.0 | 92.1 | 45 |

Fonte: Adaptado da base de dados World Development Indicators, Banco Mundial (2017a), <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> (consultado em janeiro de 2017).

Os instrumentos políticos e jurídicos necessários para ultrapassar a assimetria da informação sobre crédito continuam a estar pouco desenvolvidos, além disso existe uma baixa cobertura dos sistemas de partilha de conhecimento, como os registos públicos de crédito. A cobertura do registo público de crédito consiste no número de particulares e empresas listadas num registo público, que inclui a informação atual sobre o histórico de reembolso, dívidas pendentes ou empréstimos por liquidar. Em 2016, apenas cinco países africanos possuíam um

registo público de crédito que abrangia mais de 15% dos adultos: as ilhas Maurícias (82.6%), o Gabão (52%), as Seychelles (47.5%), a Tunísia (28.9%) e Cabo Verde (17.8%). As principais áreas para uma melhor formulação das políticas no futuro englobam: 1) aumentar a disponibilidade de instrumentos de garantia e mitigação de riscos financeiros; 2) reforçar os sistemas nacionais de identificação e os métodos de agregação de dados para os registos de crédito.

As políticas de concorrência estão ainda muito aquém das expectativas

Conseguir que as empresas cumpram os regulamentos pode implicar uma alteração dos incentivos. A concorrência com grandes intervenientes do setor informal constitui um desafio para as empresas do setor formal em África. A maioria dos atores no setor informal produz bens e serviços que nem sempre estão em conformidade com as normas processuais (OIT, 2014). Muitas PME permanecem na economia informal para evitar a tributação e regulamentação, mantendo a capacidade de adaptação ao mercado. Esta situação pode ser lucrativa, mas, simultaneamente, impede-as de aceder a crédito formal e diminui as suas possibilidades de expansão (Capítulo 8). Além disso, a concorrência informal restringe seriamente o setor formal, particularmente nos países onde as empresas cumpridoras têm de passar por procedimentos demorados ou pagar impostos muito altos.

Para que as pequenas empresas sejam incentivadas a aderir ao setor formal, é necessário abordar a complexidade burocrática, que constitui um grande problema não apenas em termos da demora dos procedimentos, mas também do número de documentos exigidos. O facto de os procedimentos burocráticos e legais serem, frequentemente, complicados e demorados reduz as possibilidades das pequenas empresas melhorarem os seus padrões nos mercados internos ou penetrarem em mercados internacionais. Por exemplo, as empresas do continente encaram os regulamentos alfandegários e comerciais como obstáculos aos seus negócios, porque causam atrasos nas importações e exportações, o que, por sua vez, prejudica as cadeias de abastecimento e afeta negativamente a produção. Assim, é especialmente importante continuar a flexibilizar os procedimentos para permitir que mais empresas transitem para a economia formal (Capítulo 6).

Os governos precisam de contar com funcionários públicos íntegros, que façam cumprir as leis e regulamentos. A corrupção pode prejudicar a eficácia do Estado em manter a economia formal, bem como impor custos adicionais às empresas, sobre a forma de subornos e má afetação de recursos. A corrupção é referida por 40% das empresas em África como um grande desafio (Beck e Cull, 2014; Enterprise Surveys, 2016). Esta percentagem é similar à observada na América Latina (43.4%) e na Ásia do Sul (40.1 %). Os empresários relatam a obrigação de pagar subornos para obter documentos legais, registos ou licenças (Enterprise Surveys, 2016).

A atual capacidade das instituições públicas de melhorarem as políticas públicas está abaixo das expectativas, o que consequentemente lhes confere credibilidade reduzida

A capacidade das instituições governativas responderem às expectativas da população é um fator determinante para um progresso económico e político duradouro (OCDE, 2014). O enfoque principal desta secção é avaliar a dimensão deste desafio e identificar os constrangimentos mais importantes à capacidade das instituições públicas corresponderem às reivindicações por melhores políticas. São analisadas sondagens de opinião e avaliações baseadas em evidências sobre:

- O compromisso das instituições públicas em promoverem o interesse público
- A confiança nas instituições e os mecanismos de retorno (*feedback*)
- A separação de poderes e a força dos mecanismos de supervisão.



O compromisso com a transparência e prestação de contas está ainda aquém das expectativas dos cidadãos

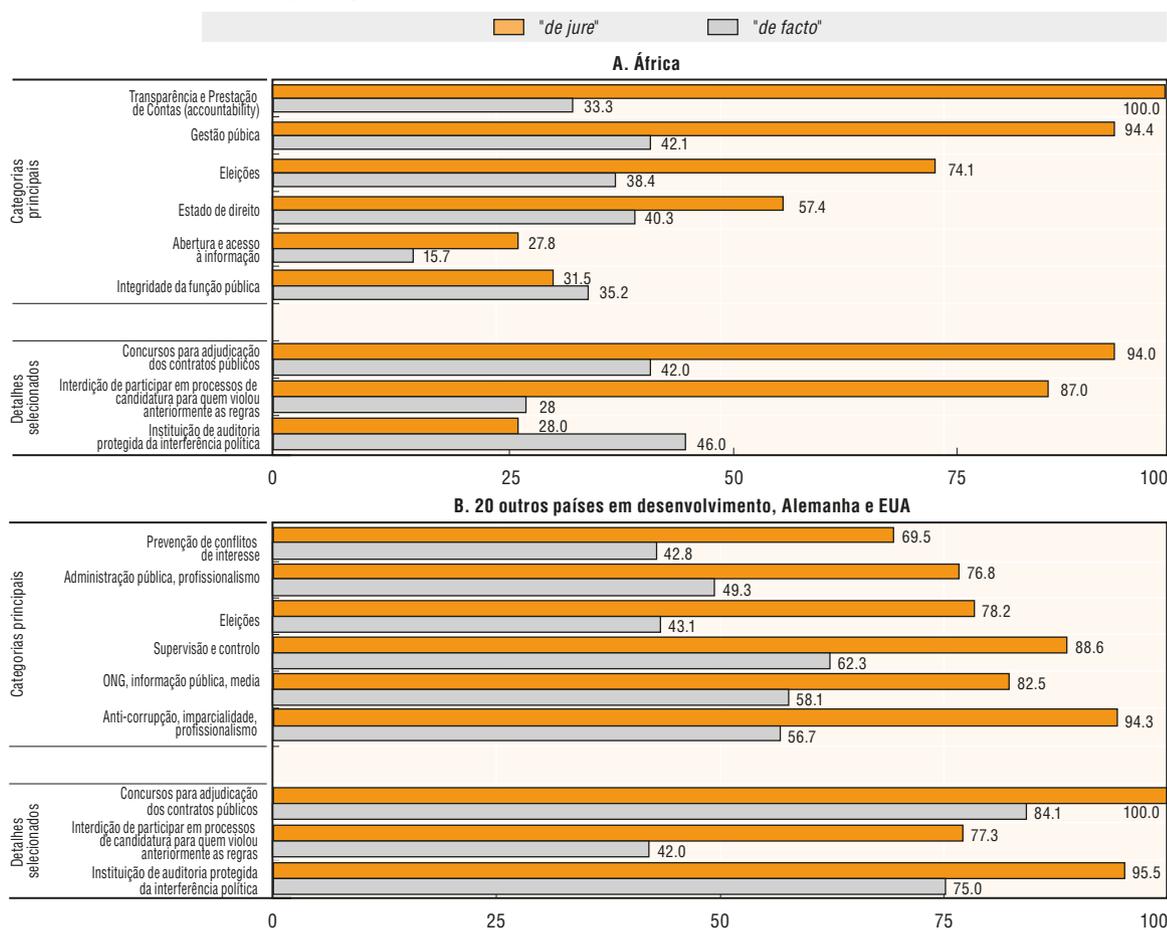
A insatisfação com os arranjos políticos esteve entre os principais motivos dos protestos públicos em África, entre 2011 e 2016. A maioria destes protestos reclamava mais “transparência e prestação de contas (*accountability*), bem como justiça nos sistemas de gestão pública” e a eleições mais justas (Figura 5.4). Isto é um sinal da exigência por padrões mais elevados de integridade no seio das instituições públicas. A distribuição geográfica pelo continente foi, contudo, desigual:

- As manifestações contra os excessos ao nível executivo foram o principal motivo dos protestos públicos em 7 dos 41 países analisados.
- As reivindicações por eleições mais justas e pluralistas foram o principal fator em 4 países e a exigência de uma mudança de governo foi o motivo mais importante noutros 4 países.
- A exigência de mais direitos políticos e a política partidária foram os principais motivos dos protestos em 3 países cada.
- A reivindicação por maior transparência e prestação de contas constituiu a principal razão dos protestos em 2 países.

A análise do quadro institucional demonstra a existência de uma disparidade entre os objetivos de governação e os resultados na arena política. Os *Indicadores de Integridade em África* consistem numa avaliação bem documentada sobre a força dos atuais enquadramentos jurídicos na promoção da integridade, bem como as práticas existentes no país. Todos os indicadores são registados por investigadores, advogados, jornalistas e académicos do país. A base de dados é produzida pela *Global Integrity* em colaboração com a Fundação Mo Ibrahim, para “avaliar os principais mecanismos sociais, económicos, políticos e anticorrupção existentes no plano nacional em toda a África”. Os indicadores sobre transparência e prestação de contas são desagregados em seis áreas temáticas: Estado de direito, prestação de contas, eleições, gestão pública, integridade da função pública, bem como abertura e acesso à informação. Estes critérios são divididos nas categorias “*de jure*” (referente às leis e regulamentos) e “*de facto*” (referente à prática corrente).

- Os *Indicadores de Integridade em África* demonstram que a maioria dos países africanos obtém melhores pontuações na categoria “*de jure*” do que na “*de facto*” (Figura 5.5, quadro A). Tal significa que o enquadramento jurídico para promoção da transparência e prestação de contas já existe na maioria dos países, mas que os resultados esperados nem sempre são totalmente atingidos.
- Alguns países do continente têm um bom desempenho geral. Em 2015, os países africanos com as melhores pontuações de integridade eram a África do Sul, o Benim, as Maurícias, o Quênia e a Libéria, seguidos pelo Gana e o Uganda. A maioria dos países restantes do continente registou pontuações muito mais baixas.
- Em média, existe um fraco compromisso para aplicação das regras de adjudicação dos contratos públicos por concurso e as instituições de auditoria precisam de uma maior força nos enquadramentos jurídicos. Por exemplo, as práticas “*de facto*” nos processos de adjudicação ou licitação pública são as que estão mais dissociadas das normas jurídicas existentes, enquanto as instituições superiores de auditoria são as menos protegidas pela lei, especialmente quando comparadas com países fora de África (Figura 5.5, quadro B).

Figura 5.5. Pontuações médias de integridade “de jure” e “de facto” no mundo: Comparação entre África (em 2016) e outros 22 países (em 2011)



Fonte: Adaptado de Global Integrity/Fundação Mo Ibrahim (2016), *Indicadores de Integridade em África* (base de dados), www.globalintegrity.org/africa-integrity-indicators/ (consultado em janeiro de 2017).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475339>

Existe uma confiança reduzida nas principais instituições políticas e nos agentes de mudança das políticas

As instituições políticas não são suficientemente confiáveis, especialmente no que diz respeito ao seu compromisso com a transparência da esfera política. As pesquisas do Afrobarómetro, Bratton e Gyimah-Boadi (2016) constataram que os cidadãos não confiam nas instituições públicas formais. Em média, os cidadãos expressam maior confiança nas instituições informais, como as lideranças religiosa e tradicional (respetivamente 72% e 61%), do que no Estado e em organismos executivos formais (54% em média). As instituições legislativas e os organismos eleitorais, intervenientes-chave numa democracia, contam com níveis ainda mais baixos de confiança. As instituições consideradas menos confiáveis são os partidos políticos da oposição (36%), as autoridades tributárias (44%), os organismos eleitorais (44%) e as instituições legislativas (47%). Os baixos níveis de confiança nestas duas últimas instituições, que são responsáveis por uma política transparente, alertam para uma necessidade real de melhoria. De acordo com as pesquisas, a confiança nas instituições eleitorais e judiciais é um dos principais fatores estimuladores do sucesso da democracia num país (Dahlberg e Holmberg, 2016) e da estabilidade política.

A realização de eleições justas continua a ser um desafio em muitos países africanos. Em 2016, realizaram-se eleições nacionais em 18 países africanos. Aquando da redação

deste relatório, todos os relatórios oficiais dos observadores eleitorais da União Africana, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da União Europeia (UE) e do Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África declararam explicitamente as eleições realizadas em 12 países como livres e justas (Tabela 5.3). Cabo Verde e o Gana consolidaram as suas posições como os países com melhor desempenho no continente africano no que diz respeito à capacidade de organizarem eleições pluralistas e credíveis.

Tabela 5.3. Resumo das eleições nacionais em África, 2016-18

| País | Votação para: | Data | Comentários |
|------------------------------------|-----------------------------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Benim | Presidência | 06-03-2016 | "O processo eleitoral prosseguiu sob condições gerais aceitáveis de liberdade e transparência". (Comissão CEDEAO, 2016) |
| Cabo Verde | Presidência | 31-08-2016 | "As eleições presidenciais foram livres, justas e transparentes" (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Chade | Presidência | 10-04-2016 | "O povo do Chade demonstrou o seu compromisso com a consolidação da democracia no seu país (...) a eleição teve lugar num ambiente pacífico no âmbito do enquadramento legal em vigor". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Comores | Presidência | 21-02-2016 | "O processo de contagem dos votos decorreu de forma transparente e em concordância com as disposições constantes na lei". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Congo, República Democrática (RDC) | Presidência e Assembleia nacional | 27-11-2016 | Eleições adiadas (novas datas a serem acordadas pelos intervenientes políticos) |
| Congo, República do | Presidência | 20-03-2016 | "A Missão salienta que, de uma forma geral, a votação decorreu num ambiente calmo, (com) paz e estabilidade". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Côte d'Ivoire | Assembleia nacional | 18-12-2016 | "Estas eleições tiveram lugar num ambiente pacífico, de acordo com o enquadramento legal que regula as eleições legislativas na Côte d'Ivoire e com os instrumentos internacionais relevantes". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Djibouti | Presidência | 08-04-2016 | "A votação decorreu em paz e serenidade (...) A Missão afirma que a votação foi suficientemente inclusiva, livre e transparente para ser considerada como um reflexo credível da vontade do povo do Djibouti". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Gabão | Presidência e Assembleia nacional | 16-08-2016 | "A eleição foi inclusiva e pluralista". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, CEDEAO, 2016) |
| Gâmbia | Presidência | 01-12-2016 | "As eleições realizadas no país no dia 1 de dezembro de 2016 foram pacíficas, justas e transparentes". (Declaração da CEDEAO, União Africana e Nações Unidas, 2016) |
| Gana | Presidência e Assembleia nacional | 07-11-2016 | "As eleições de 2016 foram conduzidas de uma forma maioritariamente pacífica, transparente e credível". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Guiné Equatorial | Presidência | 30-11-2016 | "A eleição decorreu de forma calma e disciplinada, (com) paz e transparência" (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Marrocos | Assembleia nacional | 07-10-2016 | "O ato eleitoral foi organizado de forma íntegra e com total transparência". (Conselho da Europa, Missão de Observação Eleitoral da Assembleia Parlamentar, 2016) |
| Níger | Presidência e Assembleia nacional | 21-02-2016 | "Estas eleições permitiram ao povo nigeriano escolher o seu presidente e membros do parlamento de forma livre e transparente (...). A integridade do voto foi assegurada e o voto secreto foi preservado". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| República Centro-Africana | Presidência e Assembleia nacional | 14-02-2016 | "Ambas as eleições tiveram lugar num ambiente calmo, sereno e transparente". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| São Tomé e Príncipe | Presidência | 31-07-2016 | "O processo eleitoral decorreu, de forma geral, de acordo com a Carta Africana da Democracia, Eleições e Governação e com outros instrumentos que regem as eleições democráticas em África, bem como o enquadramento legal vigente em São Tomé e Príncipe". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Seychelles | Presidência e Assembleia nacional | 31-10-2016 | "O processo eleitoral foi transparente, credível e pacífico". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| Uganda | Presidência e Assembleia nacional | 18-02-2016 | "As insuficiências observadas eram inconsistentes com os requisitos do quadro legal para as eleições no Uganda e com os princípios e obrigações internacionais e continentais para as eleições democráticas." (Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África – EISA, Missão de Observação Eleitoral, 2016) |

Tabela 5.3. Resumo das eleições nacionais em África, 2016-18 (cont.)

| País | Votação para: | Data | Comentários |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Zâmbia | Presidência e Assembleia nacional | 11-08-2016 | "A AUEOM congratula a CEZ (Comissão Eleitoral da Zâmbia) pelas medidas tomadas para melhorar a integridade e credibilidade do processo eleitoral, com vista a salvaguardar a legitimidade do resultado eleitoral, em conformidade com o Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares - 2003 e a Carta Africana da Democracia, Eleições de Governação – 2007". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016) |
| ELEIÇÕES PREVISTAS EM 2017 | | | |
| Argélia | Assembleia nacional | 05-2017 | * |
| Angola | Presidência e Assembleia nacional | 08-2017 | * |
| Chade | Assembleia nacional | 2017 | * |
| Congo | Assembleia nacional | 2017 | * |
| Gabão | Assembleia nacional | 29-07-2017 | * |
| Gâmbia | Assembleia nacional | 06-04-2017 | |
| Lesoto | Assembleia nacional | 2017 | * |
| Líbia | Presidência e Assembleia nacional | 2017 | * |
| Libéria | Presidência e Assembleia nacional | 10-10-2017 | * |
| Madagáscar | Presidência | 2017 | * |
| Quênia | Presidência, Assembleia nacional e Senado | 08-08-2017 | * |
| Ruanda | Presidência | 04-08-2017 | * |
| Senegal | Assembleia nacional | 30-07-2017 | * |
| Serra Leoa | Presidência e Assembleia nacional | 01-11-2017 | * |
| Somália | Presidência | 08-02-2017 | |
| ELEIÇÕES PREVISTAS EM 2018 | | | |
| Camarões | Presidência e Assembleia nacional | 10-2018 | * |
| Djibouti | Assembleia nacional | 2018 | * |
| Guiné | Assembleia nacional | 2018 | * |
| Madagáscar | Assembleia nacional | 2018 | * |
| Mali | Presidência e Assembleia nacional | 2018 | * |

Nota: * Data das eleições a confirmar.

Fontes: União Africana (2017), International Foundation for Electoral Systems (IFES) (2017), International IDEA (2017), NDI (2017), EISA (2017).

Apesar do nível de violência com motivações políticas e do endurecimento político terem registado uma ligeira diminuição em África, continuam a existir grandes riscos. A intensidade da violência política por parte de atores não-estatais é, ainda, cerca de três vezes mais elevada do que em 2010 (Figura 5.6), embora esteja abaixo do valor máximo atingido em 2013. As insurreições e o terrorismo transnacional continuam a contribuir para esta instabilidade política e prejudicam a capacidade governativa dos Estados, não obstante os importantes ganhos militares em 2016, por exemplo contra o Boko Haram (Caixa 5.2) e contra o Estado Islâmico na Líbia. Além disso, houve também incerteza quanto a algumas transições de poder em 2016, quando alguns chefes de Estado tentaram permanecer nos cargos para além dos mandatos legais, tendo enfrentado protestos violentos como reação. No entanto, a intensidade do endurecimento político – que consiste em violência governamental, detenções, interdições, recolher obrigatório e estados de emergência – diminuiu ligeiramente (Figura 5.6).



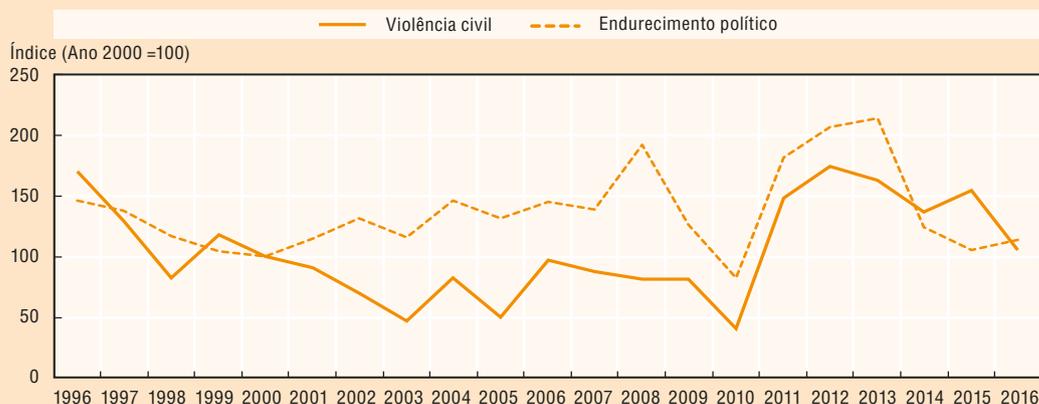
Caixa 5.2. Terrorismo e risco transnacional

Os três principais fatores impulsionadores da violência por parte de atores não-estatais, entre 2013 e 2015, foram: 1) o terrorismo; 2) os conflitos intercomunitários, frequentemente alimentados por confrontos sobre recursos escassos e por tensões étnicas; e 3) os protestos sobre processos eleitorais, nos quais os partidos políticos espoletaram ou agravaram os conflitos civis através da violência.

Em 2016, a intensidade da violência por parte de atores não-estatais em África registou um ligeiro decréscimo (Figura 5.6). Este facto é encorajador, uma vez que se deve essencialmente a uma grande diminuição dos incidentes violentos na Nigéria, no Egito, nos Camarões e na República Centro-Africana (Anexo, Tabela 24).

- A coordenação e cooperação transnacional contra o Boko-Haram deu frutos em 2016. Após o rapto de mais de 200 raparigas estudantes em Chibok, em 2014, foi criada uma Task Force Multinacional Conjunta, pelo Benim, Camarões, Chade, Níger e Nigéria. Depois da sua tomada de posse a 29 de maio de 2015, o presidente nigeriano acelerou esta cooperação regional, envolvendo-se mais ativamente com os seus homólogos.
- A insegurança causada por conflitos intercomunitários constitui, ainda, uma ameaça à estabilidade política. Uma maior diminuição da violência com motivações políticas é algo muito necessário para reduzir a fragilidade dos países africanos. Em 2016, dos 56 contextos nacionais classificados como frágeis, 37 situam-se em África (OCDE, 2016). As causas profundas dos conflitos em 2015-16 parecem estar mais ligadas, na sua maioria, a disputas de terras e acesso a recursos minerais (ver o Capítulo 5 de BAD/OCDE/PNUD, 2016). A última sondagem do Afrobarómetro demonstra que existe, em África, uma tolerância e aceitação generalizada das pessoas provenientes de vários grupos étnicos ou religiosos, particularmente de imigrantes (Dulani, Sambo e Dionne, 2016).

Figura 5.6. Endurecimento político e violência civil, 1996-2016



Nota: Cada ato violento é analisado segundo a sua intensidade (número de mortes e/ou feridos) e de acordo com uma metodologia de escala, apresentada em detalhe no anexo deste relatório.

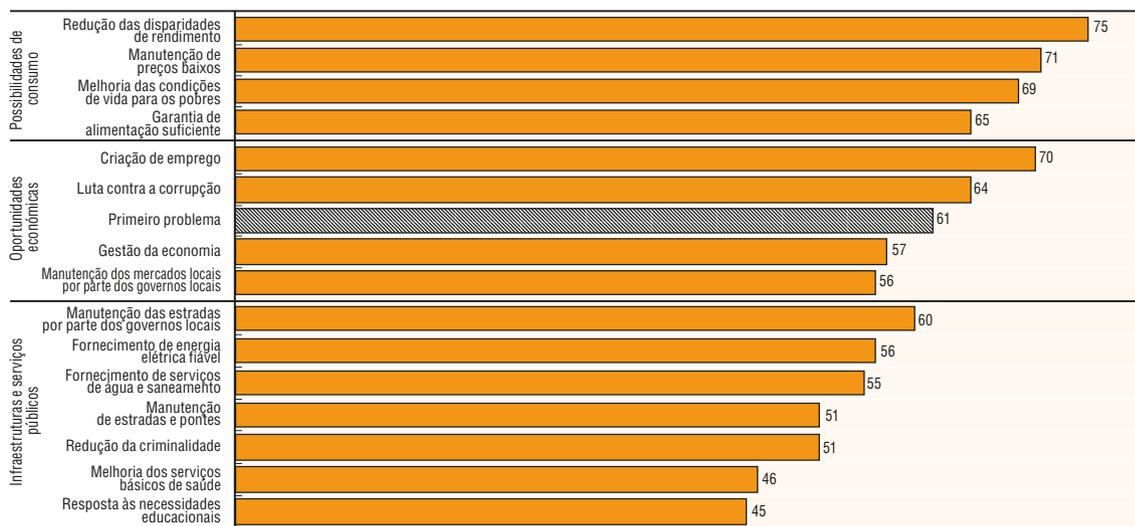
Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475340>

O desempenho atual das administrações públicas não cumpre as expectativas dos cidadãos, especialmente na capacidade de resposta às preocupações mais prioritárias

Quando as pessoas são inquiridas sobre se as suas principais preocupações estão a ter uma boa resposta por parte do governo, mediamente 61% respondem negativamente (Figura 5.7). As questões que são objeto de maior insatisfação dizem respeito às oportunidades económicas. Dentro desta categoria, foi expressa uma maior insatisfação em torno das oportunidades de emprego e da luta contra a corrupção.

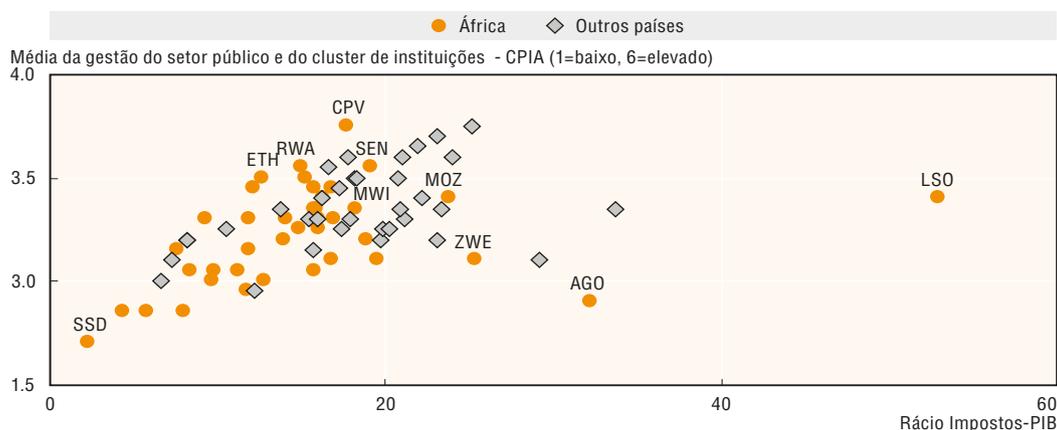
Figura 5.7. Percentagem dos inquiridos insatisfeitos com a resposta do governo a vários assuntos de grande prioridade (Inquérito do Afrobarómetro 2014/15)



Fonte: Adaptado de Afrobarómetro (2016), www.afrobarometer.org/.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475351>

Os progressos na gestão pública têm sido lentos, apesar de várias vagas de reforma neste setor. As reformas do setor público tiveram início nos anos 1980, ao que se seguiu uma segunda vaga de reformas na década de 1990 e uma terceira na década de 2000 (Ayee, 2006; BAD/OCDE/PNUD, 2015: 189-193). O *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) demonstra que, entre 2005 e 2015, aproximadamente 30 países registaram uma melhoria das suas pontuações na gestão orçamental. Contudo, as pontuações sobre transparência e prestação de contas no setor público continuam a estar abaixo da pontuação média (3.5 numa escala de 7) para 24 países, num total de 40 países analisados BAD, 2016a). A Figura 5.8 apresenta as pontuações CPIA do Banco Mundial e confirma que apenas 4 países africanos – Cabo Verde, Etiópia, Ruanda e Senegal – obtiveram pontuações acima de 3.5. O bom funcionamento da administração pública é uma condição necessária para definir e implementar estratégias e políticas que respondem eficazmente às exigências dos cidadãos.

Figura 5.8. Gestão do setor público versus rácio impostos/PIB



Nota: Os países são nomeados pelos seus códigos internacionais ISO3-Alpha. O cluster de “gestão do setor público e instituições” inclui os direitos de propriedade e a governação baseada no primado do direito, a qualidade da gestão orçamental e financeira, a eficiência na mobilização de receitas, a qualidade da administração pública, transparência, prestação de contas e corrupção no setor público.

Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2016a), <http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA>, e FMI (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475360>

A informação sobre o orçamento de Estado e as atividades financeiras estatais deve estar mais aberta e acessível. Em princípio, tal é possível de concretizar, uma vez que os sistemas de planeamento e orçamentação estão já em formato digital na maioria dos países africanos, através de sistemas integrados de informação e gestão financeira (Diamond e Khemani, 2005). No entanto, as práticas informais de orçamentação podem continuar a existir, mesmo com a implementação destas mudanças (ver Caixa 5.3). Atualmente, apenas a África do Sul demonstra uma capacidade abrangente em todos os pilares da transparência orçamental, incluindo na força das instituições formais de supervisão (IBP, 2015).

Caixa 5.3. Melhoria dos sistemas de planeamento e orçamentação nos países africanos

O Banco Mundial apoiou a implementação de sistemas integrados de informação e gestão financeira (SIIGF) em vários países, para promover a transparência e prestação de contas nos orçamentos públicos (Dener e Min, 2013). Um relatório publicado pela Deloitte (2012) concluiu que um conjunto de países africanos implementou o SIIGF com sucesso, nomeadamente a África do Sul, as Maurícias, a Serra Leoa, a Tanzânia e o Uganda.

No entanto, para que tenham bons resultados, estes sistemas exigem fortes controlos de supervisão. O caso do Malawi constitui um bom alerta para a prevenção. Em 2008, o SIIGF foi alargado às autoridades locais, pelo que foi lançado subsequentemente um serviço de dados móveis, foram selecionados mais operadores nacionais, e a rede central de fibra ótica foi estendida às zonas rurais. Em princípio, isto permitiria ao governo central planear e gerir os orçamentos, bem como automatizar as operações financeiras públicas de uma forma mais transparente. No entanto, o escândalo “Cashgate” de 2013 veio revelar as fraquezas destes sistemas de supervisão, quando se descobriu que os funcionários públicos transferiam grandes montantes de dinheiro público fora do sistema SIIGF. Um relatório de Baker Tilly concluiu que o governo do Malawi tinha perdido cerca de 30 milhões de USD entre abril e dezembro de 2013 (Baker Tilly, 2014; *The Economist*, 2014). Apesar deste revés, a informação sobre as atividades financeiras e o orçamento estatal tem vindo a registar ligeiras melhorias no Malawi (ver a *Open Budget Database*, IBP [2015]).

A análise das iniciativas políticas recentes revela bons exemplos de resultados na prestação de serviços públicos, mas tal facto deve ser consolidado à medida que se progride

O objetivo desta secção é analisar políticas bem-sucedidas e respetivas estratégias de governação recentemente adotadas no continente africano. As iniciativas podem ser divididas em duas áreas:

- Fornecimento de bens e serviços públicos através de uma gestão eficaz e da otimização dos recursos financeiros;
- Reformas de regulação que respondem às necessidades prioritárias do desenvolvimento empresarial.

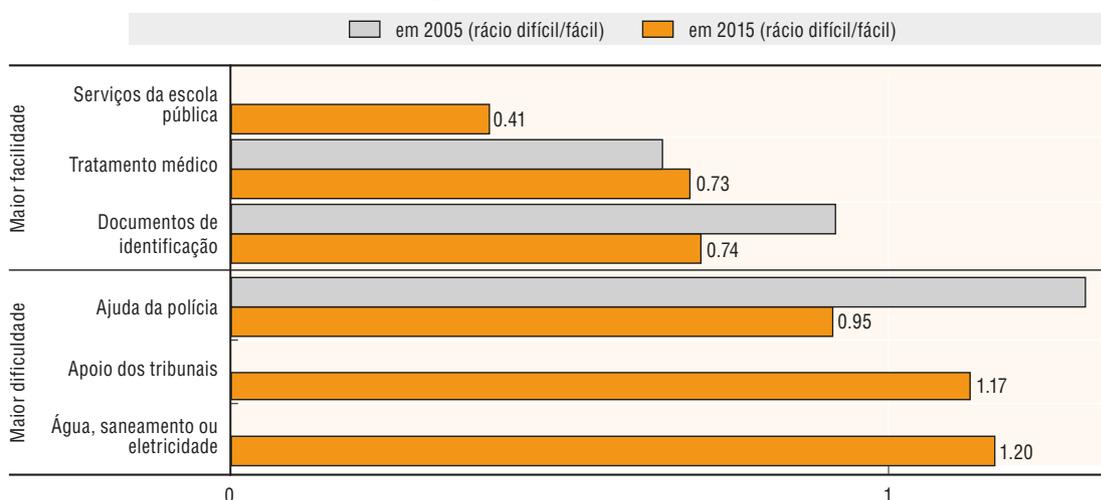
O objetivo de salientar estes casos é exemplificar o sucesso e demonstrar os resultados que podem ser atingidos quando há uma convergência entre os compromissos políticos e a eficácia do setor público. Estes devem ser encarados mais como um conjunto de bons exemplos do que como boas práticas. A replicação dos sucessos em vários países é irrealista quando estes não são adaptados aos mecanismos de mudança nos países em questão. A grande heterogeneidade dos governos, das sociedades e dos contextos políticos em África aumenta a probabilidade de que as políticas desenvolvidas num país sejam inadequadas noutros países.

As reformas de políticas e as inovações digitais estão a melhorar a eficácia de utilização dos recursos públicos

Por toda a África, muitas administrações públicas têm melhorado o fornecimento de serviços. Os respondentes do Afrobarómetro foram inquiridos sobre o grau de facilidade ou dificuldade na obtenção de serviços que tivessem requisitado à administração pública nos últimos 12 meses. No período 2014/15, os serviços educativos foram considerados como os de mais fácil acesso, seguidos do tratamento médico e da obtenção de documentos de identificação. Pelo contrário, foi considerado mais difícil conseguir apoio dos tribunais ou ter acesso à água, saneamento e eletricidade.

Figura 5.9. Facilidade ou dificuldade no acesso a serviços públicos, de acordo com os cidadãos africanos, 2005 e 2015

Rácio entre o número de pessoas que classificam o acesso como “fácil” e o número de pessoas que consideram o acesso “difícil”



Notas: As perguntas feitas em 2005 foram: “Com base na sua experiência, é mais fácil ou difícil obter os seguintes serviços? Ou nunca tentou obter estes serviços do governo?” As perguntas feitas em 2014/15 foram: “Nos últimos 12 meses, tentou _____? Foi mais fácil ou difícil obter _____?”

Fonte: Adaptado de Afrobarómetro (2016), www.afrobarometer.org/.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475379>

Os mecanismos de *e-government* têm vindo a enraizar-se nas administrações públicas em África

Nos últimos anos, novas abordagens digitais têm vindo a ser utilizadas para aumentar a eficiência e eficácia dos serviços públicos. Vários países africanos lançaram projetos de governação digital (*e-government*) para superarem as capacidades limitadas do setor público e facilitarem a acessibilidade desses serviços (PNUD/PIWA, 2009; Deloitte, 2012; Banco Mundial, 2016b). Os primeiros países africanos a lançarem estratégias digitais com sucesso foram Cabo Verde, Marrocos, o Quênia e o Ruanda.

Em Marrocos, o projeto e-Fez veio automatizar os serviços da administração pública local

O município de Fez, em Marrocos, lançou em 2004 o *e-Fez*, um projeto de *e-government* que automatizou 12 dos 33 balcões da administração pública local para o fornecimento de serviços municipais. O governo do Canadá, através do *International Development Research Centre*, financiou a instalação de tecnologias da informação e comunicação (TIC) nestes escritórios locais. Foi criado um portal na internet, adaptado também para usuários analfabetos (IDRC, 2016). Esta iniciativa melhorou os procedimentos de entrega de serviços

frequentemente utilizados, como as matrículas escolares, ou as certidões de nascimento, casamento e óbito. Em 2009, um inquérito revelou que o *e-Fez* veio diminuir as taxas de erro dos balcões da administração pública, aumentando igualmente a sua produtividade, de uma média diária de 689 certidões para 828 certidões após o projeto (Kettani e El Mahidi, 2009). Contribuiu, também, para aumentar a transparência e prestação de contas por parte dos municípios. No entanto, a necessidade de equipamentos e competências na área da informática criou algumas dificuldades.

Quando o *e-Fez* estava já em funcionamento, em 2009, o país lançou uma estratégia nacional - *plan Maroc Numeric 2013* – com o objetivo de aumentar a automatização da administração pública. Tal como no projeto *e-Fez*, o governo criou websites como o *service-public.ma*. Estas plataformas funcionam como um contador eletrónico e como sistema de distribuição de procedimentos e documentos administrativos em Marrocos.

No Quénia, os Centros Huduma são uma abordagem às políticas de descentralização, centrada nos cidadãos

O Quénia é o primeiro país africano a lançar uma estratégia governamental aberta e abrangente sobre dados. A iniciativa começou com a nova Constituição de 2010, cujo artigo 35 afirma o direito dos cidadãos à informação governamental. Para operacionalizar este novo artigo, o governo criou a Iniciativa de Dados Abertos no Quénia, em parceria com o Banco Mundial e a Ushaidi. O seu objetivo é aumentar a integridade, prestação de contas e transparência da administração pública, melhorando simultaneamente o fornecimento de serviços públicos (*Centre for Public Impact*, 2016). Em 2013, o governo decidiu substituir o anterior sistema de administração, transferindo competências importantes e o financiamento dos serviços públicos para os 47 distritos. Este processo de desconcentração para os distritos constitui um nível sub-nacional de governo totalmente novo (BAD/OCDE/PNUD, 2016: 250-254).

O programa dos Centros Huduma foi introduzido pelo Ministro da Desconcentração e Planeamento em 2013, como um pilar-chave desta ambiciosa estratégia de descentralização. A ideia é implantar serviços descentralizados em todo o país por meio de balcões únicos designados de Centros Huduma e de plataformas integradas *online*. Os centros estão atualmente disponíveis na maioria dos distritos, com o compromisso de promoverem a prestação de contas e a unidade nacional. Os serviços disponibilizados englobam o pedido de empréstimos por estudantes, certidões de nascimento, certidões de casamento, licenças comerciais, seguros e cartas de condução (Dalberg, 2015).

Cabo Verde criou um centro para os cidadãos, a Casa do Cidadão

O projeto lançado em 2008 na cidade da Praia, ilha de Santiago, criou novos serviços administrativos (como formulários *online*) disponíveis para os cidadãos. As pessoas dos setores público e privado beneficiam agora de um portal único para as suas necessidades administrativas (p.ex. obtenção de certidões, pagamentos fiscais eletrónicos e registo de novas empresas). Esta iniciativa reduziu o tempo despendido em procedimentos administrativos, facilitou a interação dos cidadãos com o governo e tornou a informação mais precisa (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2011; Deloitte, 2012). O portal disponibiliza um acesso fácil e conveniente aos serviços da administração pública, particularmente para a diáspora cabo-verdiana, que constitui cerca de 50% da população.

Vários países tomaram medidas para melhorarem o fornecimento e fiabilidade da energia elétrica

A ligação à rede elétrica tem passado por melhorias significativas, com países como Marrocos a liderarem esta evolução. O Programa de Eletrificação Rural Global (PERG)

foi criado em 1996 com o objetivo de fornecer eletricidade a todas as zonas rurais em Marrocos e aumentar a cobertura elétrica para 80% até 2010. Esta meta foi atingida antes desse prazo, já em 2005. Em 2009, o PERG tinha conseguido transportar a eletricidade para 30 086 localidades, com uma taxa de cobertura de 97.2% (ONE, 2016), tendo atingido os 99.1% no final de julho de 2015. O programa contribuiu para diminuir a disparidade de infraestruturas entre as zonas rurais e urbanas, tendo igualmente contribuído para uma melhor qualidade de vida nas zonas rurais (AFD, 2012). O transporte de energia elétrica para as zonas rurais alargou as oportunidades económicas, promovendo a fixação de novas indústrias, o abrandamento da emigração em 5.0% e o aumento da taxa de retorno dos emigrantes em 1.5% (ONE, 2005).

No ano 2000, a África do Sul criou um programa nacional integrado de eletrificação, para aumentar o acesso à eletricidade, especialmente nas zonas rurais. O programa estava em pleno funcionamento em 2002, com o objetivo de implementar as diretivas constantes do livro branco de 1998 e, posteriormente, da Lei Nacional de Energia, 2008 (lei n.º34). A percentagem de habitações com eletricidade aumentou de 34%, em 1994, para 90% em 2016 (República da África do Sul, 2016a). Embora este programa ainda não tenha conseguido atingir a meta de fornecer eletricidade básica a todos os agregados familiares, o governo sul-africano está a apostar em opções alternativas nas zonas rurais, como mini-redes híbridas e tecnologias fora da rede (Azimoh et al., 2016; República da África do Sul, 2016b).

Vários países africanos estão a implementar grandes investimentos na produção de energia, com um enfoque especial na eletrificação rural:

- A Côte d'Ivoire planeia duplicar a produção de energia e o seu plano de eletrificação rural (PRONER, aprovado em julho de 2013) pretende conectar todas as aldeias à rede elétrica até 2020.
- A Etiópia tem vindo a desenvolver, desde 2010, a sua produção de energia por meio de grandes projetos, como a Grande Barragem do Renascimento Etíope (*Grand Ethiopian Renaissance Dam – GERD*), Gilgel Gibe III e Gilgel Gibe IV, que no seu conjunto têm uma capacidade de 9.4 GW (IEA, 2014). De acordo com o II Plano de Crescimento e Transformação, o país pretende aumentar a capacidade para 17 GW até 2020 (República da Etiópia, 2016).
- Na Tanzânia, o plano diretor do sistema energético pretende aumentar a capacidade instalada de 1.6 GW, em 2014, para 10 GW, até 2025, bem como expandir o acesso à eletricidade para as populações rurais (OBG, 2017).

O Quênia está a recorrer a tecnologias digitais e a sistemas de imagens por satélite para melhorar a manutenção da sua rede elétrica. Além disso, foi criado, em 2011, um sistema de informação geográfica. A informação geográfica sobre as linhas de eletricidade, as subestações, os transformadores e os contadores foi digitalizada em 2015, sob coordenação da empresa nacional de energia, KPLC. Esta informação foi mapeada com imagens por satélite, que ajudam a monitorizar e a resolver perturbações no sistema de uma forma mais rápida. As empresas podem também obter acesso por meio de um processo simplificado de aprovação, em que basta enviar os documentos necessários através do portal *online*. Este sistema reduziu significativamente o tempo e a quantidade de procedimentos administrativos necessários para ter acesso à energia elétrica.

Além destes planos nacionais, existem atualmente várias iniciativas internacionais que buscam responder aos desafios energéticos em África. O “*New Deal*” sobre Energia em África do BAD é um dos programas mais ambiciosos recentemente criados. O seu ousado objetivo é atingir o acesso universal à energia elétrica no continente até 2025 por meio de um plano massivo de investimentos no valor de 12 mil milhões de USD (Tabela 5.4).



Tabela 5.4. Lista selecionada de iniciativas internacionais para a energia em África

| Nome do programa | Financiadores | Duração | Países-Alvo | Objetivos principais | Orçamento |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| "New Deal" sobre Energia em África | BAD | 2015-25 | Todo o continente africano | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a produção em rede para uma capacidade adicional de 160 GW ✓ Aumentar a cobertura e ligações na rede, criando 130 milhões de novas ligações ✓ Aumentar a produção fora da rede, adicionando 75 milhões de ligações ✓ Melhorar o acesso a energias limpas para cozinhar em 130 mil agregados familiares | 12 mil milhões USD, do BAD |
| Programa de Cooperação África-UE sobre Energias Renováveis | Programa multi-doadores* | 2007-20 | África em geral | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar a segurança energética ✓ Aumentar a utilização de energias renováveis ✓ Melhorar o acesso a energia moderna e sustentável | n.a. |
| Iniciativa Africana de Energias Renováveis | Sob mandato da União Africana | Dois fases: 2016-20 e 2020-30 | Todo o continente africano | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Até 2020, atingir uma capacidade de produção nova e adicional de 10 GW nas energias renováveis ✓ Mobilizar o potencial de África para produzir 300 GW, até 2030 ✓ Utilizar todos os tipos de tecnologias das energias renováveis | n.a. |
| SE4ALL Africa Hub | Comissão da União Africana, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), BAD, PNUD | 2011-30 | 44 países africanos | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar o acesso universal a serviços modernos de energia ✓ Duplicar a taxa global de aumento da eficiência energética ✓ Duplicar o peso das energias renováveis no cabaz energético total | n.a. |
| Akon Lighting África | Parceiros internacionais e Bancos** | 2014 | 15 países africanos | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Levar energia limpa, renovável e a preços acessíveis, principalmente às zonas rurais e sem rede em África, através da energia solar | Mil milhões de USD para o lançamento |
| Energy Africa Campaign | Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID), Reino Unido | 2015-30 | 14 países africanos | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar a energia elétrica em África, através da expansão do mercado da energia solar nos agregados familiares rurais | 46 milhões USD |
| Power Africa | Governo dos EUA através da USAID | 2013-18 | Na fase I (2013-18): Etiópia, Gana, Libéria, Nigéria, Quênia e Tanzânia | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Duplicar o acesso à eletricidade até 2018 ✓ Até 2030, fazer 60 milhões de novas ligações à eletricidade ✓ Produzir mais 30 000 megawatts de energia | 7 mil milhões USD de fundos públicos |
| Energies pour l'Afrique | Parceria público-privada: FED, AFD (França), Schneider Electric e outros | 2014-25 | Todo o continente africano | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar um fundo de apoio para a eletrificação em África, com o objetivo de ser um instrumento de coordenação ✓ Conectar 600 milhões de pessoas à eletricidade, até 2025 | |
| Lighting Africa | Programa multi-doadores *** gerido pelo Grupo Banco Mundial | 2007-30 | Burkina Faso, Etiópia, Libéria, Mali, Nigéria, Quênia, RDC, Ruanda, Senegal, Tanzânia e Uganda | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conectar 250 milhões de pessoas à eletricidade através da energia solar | |

Notas: * Comissão Europeia, Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Itália, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Holanda e Agência de Cooperação Internacional da Suécia (SIDA). ** China Jiangsu International Group, Solektra International, Nari Group e outros. *** O Grupo Banco Mundial em parceria com a Sociedade Financeira Internacional, o Programa de Assistência à Gestão do Sector Energético, o Fundo Mundial para o Ambiente, a Alemanha, a Austrália, a Áustria, o Canadá, a Dinamarca, os Estados Unidos, a Finlândia, a França, a Holanda, a Hungria, a Islândia, a Itália, a Lituânia, a Noruega, o Reino Unido e a Suécia.

Fontes: O "New Deal" sobre Energia em África (BAD, 2016b), www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Brochure_New_Deal_vf.pdf; Programa de Cooperação África-UE sobre Energias Renováveis (EUEI, 2012), www.euei-pdf.org/sites/default/files/field_publication_file/RECPstrategy2020en_lowres_0.pdf; Iniciativa Africana de Energias Renováveis (2016), www.arei.org/wp-content/uploads/2016/09/AREI-Summary-english_web.pdf; SE4ALL Africa Hub: Nações Unidas, www.se4all.org/sites/default/files/l/2014/02/French.pdf; Akon Lighting Africa (2017), akonlightingafrica.com/; Energy Africa Campaign (Governo do Reino Unido, 2015), www.gov.uk/government/news/energy-africa-campaign; Power Africa (USAID, 2017), www.usaid.gov/powerafrica; Energies pour l'Afrique (L'Energie en questions, 2015), www.lenergieenquestions.fr/la-fondation-borloo-pour-lenergie-en-afrique-entame-sa-quete-de-financements; Lighting Africa (Banco Mundial, 2017c), www.lightingafrica.org/.

As reformas de regulamentação visam responder às prioridades de desenvolvimento empresarial

Os países africanos estão entre os mais reformadores no relatório *Doing Business* do Banco Mundial

Os países africanos têm estado altamente empenhados em reformar políticas para reduzir o tempo e o custo das interações entre as empresas e os governos. Muitas destas iniciativas consistiram em reformar as regulamentações para que seja mais fácil iniciar ou gerir uma empresa, e em utilizar as tecnologias digitais para reduzir o tempo despendido e o custo da burocracia.

Desde 2010, vários países africanos têm estado consistentemente entre os dez países mais reformadores em termos globais (Tabela 5.5). O Banco Mundial faz uma compilação anual de um conjunto de indicadores sobre a qualidade das leis e regulamentos para o setor empresarial em todo o mundo, publicando-os num relatório denominado *Doing Business* (Banco Mundial, 2016c). Estes indicadores abrangem dez aspetos: iniciar um negócio, lidar com licenças de construção, obter energia elétrica, registo de propriedades, acesso ao crédito, proteção de investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio transnacional, cumprimento de contratos e resolução de insolvências.

Tabela 5.5. Os 10 países mais reformadores no mundo, de acordo com o *Doing Business*, 2010-16

| Posição | 2009/10 | 2010/11 | 2011/12 | 2012/13 | 2013/14 | 2014/15 | 2015/16 |
|------------------|-------------------|-----------------------------------------|----------------|-----------------------------------------|-------------------------|-------------------|------------------------|
| 1 | Cazaquistão | Marrocos | Polónia | Ucrânia | Tajiquistão | Costa Rica | Brunei Darussalem |
| 2 | Ruanda | Moldávia | Sri Lanka | Ruanda | Benim | Uganda | Cazaquistão |
| 3 | Peru | Antiga República Jugoslava da Macedónia | Ucrânia | Federação russa | Togo | Quénia | Quénia |
| 4 | Vietname | São Tomé e Príncipe | Uzbequistão | Filipinas | Côte d'Ivoire | Chipre | Bielorrússia |
| 5 | Cabo Verde | Letónia | Burundi | Kosovo | Senegal | Mauritânia | Indonésia |
| 6 | Tajiquistão | Cabo Verde | Costa Rica | Djibouti | Trinidad e Tobago | Uzbequistão | Sérvia |
| 7 | Zâmbia | Serra Leoa | Mongólia | Côte d'Ivoire | Congo, Rep. Dem. | Cazaquistão | Geórgia |
| 8 | Hungria | Burundi | Grécia | Burundi | Azerbaijão | Jamaica | Paquistão |
| 9 | Grenada | Ilhas Salomão | Sérvia | Antiga República Jugoslava da Macedónia | Irlanda | Senegal | Emirados Árabes Unidos |
| 10 | Brunei Darussalam | Coreia | Cazaquistão | Guatemala | Emirados Árabes Unidos | Benim | Bahrain |
| Países africanos | 3 | 2 | 1 | 4 | 5 | 5 | 1 |

Nota de rodapé da Turquia: As informações deste documento que mencionam “Chipre” referem-se a parte sul da ilha. Não existe uma única autoridade que represente ao mesmo tempo as populações cipriotas turcas e gregas na ilha. A Turquia reconhece a República Turca de Chipre do Norte (RT CN). Enquanto não houver uma solução duradoura e justa no âmbito das Nações Unidas, a Turquia manterá sua posição no que diz respeito à “questão de Chipre”.

Nota de rodapé de todos os Estados membros da União Europeia, da OCDE e da União Europeia: A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidas com exceção da Turquia. As informações constantes deste documento referem-se à área sob controlo efetivo do Governo da República de Chipre.

Fonte: Adaptado do relatório *Doing Business* entre 2010 e 2016, Banco Mundial, www.doingbusiness.org/.

Na edição de 2017 do relatório *Doing Business*, 41 países africanos melhoraram e 13 pioraram as suas pontuações. Entre as reformas típicas estão a implementação de procedimentos simplificados ou de tarifas reduzidas nos serviços públicos. No período



2015-16, por exemplo, 17 países africanos são mencionados por terem implementado quadros jurídicos simplificados para os procedimentos de mediação, processos de resolução de litígios ou procedimentos de liquidação de dívidas para pequenas empresas com dificuldades financeiras (Banco Mundial, 2016c). Outros países introduziram inovações tecnológicas:

- O Quênia é especificamente identificado como um dos dez países mais reformadores do mundo. O país implementou reformas em cinco vertentes da política económica, através, nomeadamente, da isenção do imposto de selo para alguns bens, da melhoria no fornecimento de eletricidade e da simplificação de procedimentos administrativos.
- A Tanzânia foi o país que mais aumentou a sua pontuação em 2015/16, em boa parte devido a melhorias no sistema de registo de crédito. Criaram-se novas agências de crédito, as quais assinaram protocolos com retalhistas e comerciantes com vista à criação de um registo comum de crédito para os seus clientes. Neste sistema, a cobertura de mutuários passou de 4.97% para 6.48% da população adulta.
- A Mauritânia aderiu ao sistema mundial de transmissão eletrónica de dados (*Electronic Data Interchange - EDI*) no sistema automático de dados aduaneiros (*Automated SYstem for CUstoms Data - ASYCUDA*), o que reduziu o tempo necessário para elaboração e entrega de declarações alfandegárias tanto para as exportações como para as importações, melhorando o comércio transnacional.
- As Maurícias digitalizaram o seu registo de terras.
- Marrocos criou uma plataforma virtual para reservar nomes de empresas.
- O Ruanda facilitou a criação de negócios, melhorando o registo *online* e simplificando os procedimentos após o registo. Foi também criado um balcão único virtual para o registo de empresas.
- A África do Sul criou um portal *online* para pesquisa de nomes de empresas.

Embora o custo dos procedimentos administrativos tenha diminuído em muitos países, os países africanos ainda registam pontuações relativamente baixas no relatório *Doing Business*, quando comparados com o resto do mundo. Em 2016, seis países (no total de 54 países africanos) ficaram acima do valor médio da pontuação, mas 26 dos 37 países classificados no quintil mais baixo são países africanos. O país mais bem classificado foram as Maurícias, ocupando a 50ª posição em 190 países do mundo.

Há novas iniciativas sobre os instrumentos de garantia nos financiamentos

Alguns países iniciaram reformas ou lançaram programas para melhorar a eficiência dos seus setores bancário e financeiro. Em 2015/16, pelo menos sete países criaram iniciativas de melhoria do acesso ao crédito e a serviços financeiros. Entre estas, contam-se o reforço do enquadramento legal e a criação de sistemas de registo de propriedade e de partilha de informação sobre crédito (Banco Mundial, 2016c). Estes esforços políticos para aumentar o acesso aos instrumentos financeiros disponíveis para os empresários podem contribuir para um maior desenvolvimento empresarial. As pesquisas demonstram que a abertura do acesso ao crédito através de sistemas seguros vai aumentar a concorrência nos serviços financeiros, particularmente quando as instituições não-bancárias podem também disponibilizar empréstimos com garantia. Um ambiente financeiro mais seguro faz com que os bancos estejam mais disponíveis para conceder empréstimos a um maior número de empresas (UNIDO/GTZ, 2008). Isto reforça o apoio público ao investimento, aumentando, por sua vez, o desenvolvimento das indústrias e a concorrência no mercado (Alvarez de la Campa, 2014).

O Sistema de Registo de Garantias no Gana

O Sistema de Registo de Garantias (SRG) criado no Gana, no âmbito a Lei de Mutuários e Credores de 2008, foi o primeiro do género na África subsariana (Ouedraogo et al., 2012). Os bancos centrais do Gana, da Libéria, do Malawi e da Nigéria já utilizavam este

sistema no final de 2016. O programa foi implementado pelo Banco do Gana e a Sociedade Financeira Internacional, de forma a criar um quadro regulamentar em linha com os padrões internacionais das transações com garantia e do registo de garantias (*Secured Transactions and Collateral Registries*). O sistema foi desenvolvido por uma empresa de TIC do Gana (Bsystems Limited) e permite aos mutuários fazerem prova da sua solvabilidade, reduzindo o risco de incumprimento e aumentando a transparência e o enquadramento das transações. Este registo é utilizado, aproximadamente, por 63% dos bancos e instituições financeiras (Ghana Trade, 2017).

A iniciativa SRG veio melhorar o acesso das PME do Gana ao crédito e aos serviços financeiros. Em dezembro de 2012, 9 000 PME e 30 000 microempresas tinham recebido empréstimos, num montante superior a 6.0 mil milhões de USD, garantidos com bens móveis registados neste sistema. Foram concedidos 1.3. mil milhões de USD para financiamento das pequenas empresas e 12 mil milhões de USD para financiar o setor empresarial, utilizando ativos móveis como garantia (Banco Mundial, 2016c). O sistema de transações com garantias contribui para reduzir o custo de gestão dos empréstimos e permite que as instituições financeiras aumentem a acessibilidade ao crédito por parte dos pequenos empresários (Making Finance Work for Africa, 2017). Cerca de 20% dos proprietários de empresas que beneficiaram do acesso ao crédito são mulheres (IFC/Banco Mundial/MIGA, 2013). No entanto, continua a ser um desafio conseguir chegar às regiões rurais e aos bancos comunitários (Oppong-Adusah, 2012).

O Sistema de Notação de Crédito na Tanzânia

Em 2012, a Tanzânia criou um Sistema de Notação de Crédito para promover o acesso a financiamentos. Nesse ano, foi publicada a regulamentação no quadro da Lei Bancária da Tanzânia de 2006, e duas empresas privadas obtiveram a licença para operarem como Agências de Notação de Crédito: a Bradstreet Credit Bureau Tanzania Limited e a Credit Info Tanzania. Estas agências recolhem e compilam informação proveniente das instituições financeiras bancárias e não-bancárias, incluindo do setor de microcrédito na Tanzânia. Isto engloba informação sobre o endividamento dos clientes, a conduta de pagamento e as atividades de crédito (Banco da Tanzânia, 2012). Este sistema torna as operações de crédito menos arriscadas e mais rápidas (Clyde & Co, 2013). O banco central controla o banco de dados, para garantir a segurança da atividade de crédito. Além disso, é também útil para controlo interno do sistema bancário.

Têm surgido outras iniciativas em todo o continente africano. Moçambique aprovou legislação para a criação de uma agência de crédito. O Burkina Faso e o Togo também aprovaram a legislação comum da União Económica e Monetária da África Ocidental, a qual inclui a organização das atividades das agências de crédito. Esta lei já existia na Côte d'Ivoire, no Mali, no Níger e no Senegal. As agências de crédito no Senegal abriram em fevereiro de 2016.

O programa de aconselhamento pós-crédito na Namíbia

Dois dos principais bancos comerciais na Namíbia – o Banco de Desenvolvimento da Namíbia e o Banco Windhoek – criaram setores dedicados às PME, em 2004 e 2005 respetivamente, com o objetivo de promover o acesso das PME ao crédito. Através desta iniciativa, os bancos disponibilizam acesso ao crédito e serviços de desenvolvimento empresarial para as PME. Isto engloba programas de aconselhamento e assistência pós-crédito, quer para melhorar as competências dos empresários na gestão empresarial, quer para reduzir o risco de incumprimento. O setor do Banco Windhoek dedicado a Pequenas e Médias Empresas Emergentes possui um programa de aconselhamento de 12 meses, e os períodos de concessão de empréstimo variam entre 3 a 5 anos (Nakusera et al. 2008; UNIDO/GTZ, 2008). No Banco de Desenvolvimento da Namíbia, o Fundo Especial de Desenvolvimento também disponibiliza programas de formação, aconselhamento e monitorização para as PME (SME Finance Forum, 2015).



O reforço dos processos de supervisão e prestação de contas será essencial no futuro

Embora se tenham verificado muitos avanços na melhoria da governação em África, a literatura atual aponta para a necessidade de uma abordagem mais estratégica e multidimensional na implementação das reformas. É necessário que as reformas de governação possam ir além da abordagem tradicional, centrada em critérios técnicos (Brinkerhoff, 2017). As insuficiências desta antiga abordagem têm sido documentadas (Andrews, Pritchett e Woolcock, 2013; Brinkerhoff e Brinkerhoff, 2015). Por exemplo, as estratégias de descentralização aplicadas segundo um quadro padronizado, e não através de uma abordagem cuidadosamente adaptada ao contexto político e socioeconómico, têm tido resultados medíocres (BAD/ OCDE/PNUD, 2015: 189-194; Smoke, 2015). Algumas tarefas de gestão são provavelmente semelhantes em todos os países, mas os impactos das reformas nas administrações sub-nacionais pode conduzir a resultados díspares, particularmente ao nível local. A prossecução de reformas positivas requer uma acumulação e aplicação cuidadosa do conhecimento, especialmente no que se refere à compreensão das relações entre vários atores políticos no país (para além do governo), incluindo as relações com a sociedade civil (OCDE, 2014; Capítulo 7).

Neste contexto, é particularmente importante que as instituições públicas sejam capazes de definir e estabelecer políticas, de cumprir esses compromissos, e de o fazer de uma maneira inclusiva. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que salienta a construção de “instituições eficazes e responsáveis”, é fundamental para o desenvolvimento. A qualidade e legitimidade do quadro institucional de um país determinam a capacidade desse governo de prestar serviços e o seu desempenho em termos de eficiência e estabilidade. Uma análise mais profunda dos resultados de desenvolvimento na China – com quase quatro décadas de taxas de crescimento de dois dígitos e mais de 700 milhões de pessoas retiradas da pobreza – demonstra que estes resultados foram facilitados por alterações profundas nos mecanismos de prestação de contas e de liderança coletiva em todo o processo de definição de políticas (Banco Mundial, 2017b: 3).

A governação digital (*e-government*) pode ser um ótimo instrumento para aumentar a proximidade e qualidade na prestação de serviços públicos, mas não deve substituir a melhoria dos sistemas de transparência e prestação de contas – particularmente a supervisão, a separação de poderes e os sistemas de *procurement* –, nem a melhoria das infraestruturas básicas e o aumento da capacidade dos recursos humanos. É necessário que os conteúdos comunicados através de ferramentas informáticas correspondam às prioridades da população, inclusive as que têm fracas competências no domínio das TIC. Os sistemas informáticos também exigem requisitos mínimos de fornecimento fiável de energia elétrica. Os projetos de *e-government* em África têm enfrentado questões como a falta de pessoal adequado nos centros TI (tecnologias da informação) ou a fraca capacidade dos sistemas de aplicativos *online* (Kettani e El Mahidi, 2009; Chêne e Hodess, 2009; Mutuku e Mahihu, 2014; Abdalla et al., 2015; Open Data Research Symposium, 2015).

Além disso, se os governos promovessem sistemas de gestão baseados no mérito e uma maior transparência, isso contribuiria para melhorar o desempenho das administrações públicas. Existe uma clara exigência de um setor público que preste contas da sua atuação e dê mais resposta às necessidades prioritárias dos cidadãos (Bratton, 2012; Okeke-Uzodike and Chitakunye, 2014; Kilelo, 2015). Invariavelmente, as administrações públicas são mais eficientes se contarem com recursos humanos qualificados. A formação deve ser adaptada aos novos desafios e às necessidades individuais. Este enfoque nas competências significa, igualmente, que as compensações e progressões nas carreiras do setor público devem ser mais baseadas no mérito. Verifica-se, também, um apelo para um maior envolvimento da sociedade civil na definição de agendas e na tomada de decisão, especialmente a nível local.

Bibliografia

- Abdalla et al. (2015), “Effect of Huduma Centers (one stop shops) in service delivery: A case study of Mombasa Huduma Centre”, *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, Vol. 5, No. 6, http://hrmars.com/hrmars_papers/Effect_of_Huduma_Centers_%28One_Stop_Shops%29_in_Service_Delivery%E2%80%93A_Case_Study_of_Mombasa_Huduma_Centre1.pdf.
- ACET/Banco Mundial (2016), “Access to finance for SMEs”, Banco Mundial, Escritório do Gana, [www://acetforafrica.org/acet/wp-content/uploads/publications/2016/03/Access-to-Finance-for-SMEs-Paper.pdf](http://www.acetforafrica.org/acet/wp-content/uploads/publications/2016/03/Access-to-Finance-for-SMEs-Paper.pdf).
- AFD (2012), *Le Programme d’Electrification Rurale Global (PERG) au Maroc*, Agência Francesa de Desenvolvimento, www.afd.fr/home/AFD/developpement-durable/DD-et-strategies/rioplus20/projets-rio20/electrification-maroc.
- Afrobarómetro (2016), *Afrobarómetro* (base de dados), www.afrobarometer.org/data (consultado em janeiro de 2017).
- AIE (2014), “Energy in Africa today”, in *World Energy Outlook 2014*, Agência Internacional de Energia (AIE), Paris, dx.doi.org/10.1787/weo-2014-15-en.
- Akon Lighting Africa (2017), akonlightingafrica.com/ (consultado em fevereiro de 2017).
- Alvarez de la Campa, A. (2014), “Secured transactions and collateral registries: A global perspective”, *5th Financial Infrastructure and Risk Management Training*, IFC, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.
- Andrews, M., L. Pritchett e M. Woolcock (2013), “Escaping capability traps through Problem Driven Iterative Adaptation (PDIA)”, *World Development*, Vol. 51(11), pp. 234-44.
- Arbache, J., J. Habyarimana e V. Molini (2010), “Silent and lethal: How quiet corruption undermines Africa’s development efforts”, *Africa Development Indicators 2010*, Banco Mundial, Washington, DC, DOI: 10.1596/978-0-8213-8202-8.
- AREI (2016), *Transforming Africa towards a Renewable Energy Powered Future with Access for All*, Iniciativa Africana de Energias Renováveis, www.arei.org/wp-content/uploads/2016/09/AREI-Summary-english_web.pdf.
- Ayee, J.R.A. (2006); *Reforming the African Public Sector: Retrospect and Prospects*, Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África - CODESRIA, Dakar.
- Azimoh, C.L. et al. (2016), “Electricity for development: Mini-grid solution for rural electrification in South Africa”, *Energy Conversion and Management*, Vol.110, pp. 268-277, doi.org/10.1016/j.enconman.2015.12.015.
- BAD (2016a), *Country Policy and Institutional Assessment* (base de dados), www://cpia.afdb.org/?page=data (consultado em janeiro de 2017).
- BAD (2016b), *The New Deal on Energy for Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Brochure_New_Deal_2_red.pdf.
- BAD (2013), *Financial Inclusion in Africa*, T. Triki e I. Faye (eds.), Departamento de Pesquisa do Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas económicas em África 2016: Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento Territorial e Inclusão Espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2011), “*Perspetivas económicas em África: Nota de país- Cabo Verde*”, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2016-en>.
- Baker Tilly (2014), *Report on Fraud and Mismanagement of Malawi Government Finances*, The Baker Tilly Business Services Limited, 21 de fevereiro de 2014, www.gov.uk/government/world-location-news/audit-report-on-fraud-and-mismanagement-in-malawi.
- Banco da Tanzânia (2012), *The Bank of Tanzania (Credit Reference Bureau) Regulations*, www.bot.go.tz/BankingSupervision/Tanzania_Credit_Reference_Bureau_Regulation.pdf.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators (consultado em janeiro de 2017).
- Banco Mundial (2017b), *World Development Report 2017: Governance and the Law*, Banco Mundial, Washington, DC, doi.org/10.1596/978-1-4648-0950-7.
- Banco Mundial (2017c), “Lighting Africa”, www.lightingafrica.org (consultado em fevereiro de 2017).
- Banco Mundial (2016a), *Country Policy and Institutional Assessment (CPIA)* (base de dados) <http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA> (consultado em janeiro de 2017).
- Banco Mundial (2016b), “Delivering Services” in *World Development Report 2016: Digital Dividends*, Banco Mundial, Washington, DC, DOI: 10.1596/978-1-4648-0671-1.

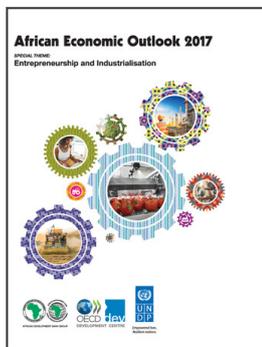


- Banco Mundial (2016c), *Doing Business 2017: Equal Opportunity for All*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2013), *Pioneering Lending System Opens Doors to Finance for Ghana Small Enterprises*, IFC, Banco Mundial, Washington, DC.
- Beck, T. (2013), “SMEs Finance in Africa: Challenges and Opportunities”, in *Banking in SSA: Challenges and Opportunities*, editado pelo Banco Europeu de Investimento, Luxemburgo, www.eib.org/attachments/efs/economic_report_banking_africa_en.pdf.
- Beck, T. e R. Cull (2014), “Small and medium sized enterprise finance in Africa” in *Africa Growth Initiative*, Brookings Institutions, Washington, DC, www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/SME-Finance-in-Africa-Designed_FINAL.pdf.
- Bratton, M. (2012), “Citizen perceptions of local government responsiveness in SSA”, *World Development*, Vol. 40/3, pp. 516-527, DOI: [10.1016/j.worlddev.2011.07.003](https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.07.003).
- Bratton, M. e E. Gyimah-Boadi (2016), “Do trustworthy institutions matter for development? Corruption, trust, and government performance in Africa”, *Dispatch 112*, Afrobarómetro.
- Brinkerhoff, D.W. (2017), “Governance reform: pathways, pitfalls, and progress”, apresentação na reunião informal da OCDE, 12 de janeiro de 2017, Paris.
- Brinkerhoff, D.W. e J. Brinkerhoff (2015), “Public sector management reform in developing countries: Perspectives beyond NPM orthodoxy” onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.1739/pdf.
- BSystemsLimited (2017), “Collateral Registry System. The reflection on the impact of innovation”, bsystemslimited.com/newcollateralstyem.php (consultado em janeiro de 2017).
- Centre for Public Impact (2016), “The Kenyan Open Data Initiative”, www.centreforpublicimpact.org/case-study/open-data-kenya/ (consultado em janeiro de 2017).
- Chêne, M.e R. Hodess (2009), *The Implementation of Integrated Financial Management Systems (IFMIS)*, Transparency International, DOI: [1110g_jk5557x](https://doi.org/10.1108/jk5557x).
- Chiliswa, Z. e L. Mutuku (2015), “Building open data infrastructure and strategies for effective citizen engagement”, 2015 Open Data Research Symposium, Otava, www.opendataresearch.org/dl/symposium2015/odrs2015-paper13.pdf.
- Clyde & Co (2013), *Progress to Establishment of Tanzania’s Credit Reference System*, www.clydeco.com/uploads/Files/Publications/2013/Banking_Regulatory_Update_-_CRBs.PDF.
- Dalberg (2015), *A Snapshot of Public Sector Efficacy in Africa*, www.dalberg.com/wp-content/uploads/2015/12/Final-Report-of-A-snapshot-of-public-sector-efficacy-in-Africa.pdf.
- Dahlberg, S. e S. Holmberg (2016), “The importance of electoral and judicial trust for regime support”, *Review of Public Administration and Management*, Vol. 4, doi.org/10.4172/2315-7844.1000182.
- Deloitte (2012), *E Transform Africa: Modernizing Governments through ICTs*, Deloitte Consulting.
- Dessus, S., J.D. Lafay e C. Morrisson (1998), “A politico-economic model for stabilisation in Africa”, *Journal of African Economies*. doi.org/10.1093/oxfordjournals.jae.a020946.
- Diamond, J. e P. Khemani (2005), “Introducing financial management information systems in developing countries”, *Working Paper 05/196*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05196.pdf.
- Dulani, B., G. Sambo e K.Y. Dionne (2016), “Good neighbours? Africans express high levels of tolerance for many, but not for all”, *Dispatch 74*, Afrobarómetro.
- EISA (2017), African election calendar, Electoral institute for sustainable democracy in Africa (EISA), www.eisa.org.za/index.php/2017-african-election-calendar/.
- Enterprise Surveys (2016), www.enterprisesurveys.org, Banco Mundial (consultado em fevereiro de 2017).
- EUEI (2012), *Africa-EU Renewable Energy Cooperation Programme (RECP) – Creating Opportunities for Renewable Energy Strategy 2020*, Iniciativa da União Europeia para a Energia, Eschborn, Alemanha, www.euei-pdf.org/sites/default/files/field_publication_file/RECPstrategy2020en_lowres_0.pdf.
- Fjose, S. et al. (2010), “SMEs and growth in SSA, identifying SME roles and obstacles to SME growth”, MENON Publication, Oslo.
- FMI (2016a), *Financial Development in SSA – Promoting Inclusive and Sustainable Growth*, FMI, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/dp/2016/afr1605.pdf.
- FMI (2016b), *World Economic Outlook, October 2016* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/index.aspx.
- Gallup (2016), *Gallup World Poll* (base de dados) gallup.com/services/170945/world-poll.aspx.
- Ghana Trade, “Collateral Registry Registers 104,308 Collaterals”, www.ghanatrade.gov.gh/Trade-News/collateral-registry-registers-104308-collaterals.html (consultado em janeiro de 2017).

- Global Integrity/Fundação Mo Ibrahim (2016), *African Integrity Indicators* (base de dados), www.globalintegrity.org/africa-integrity-indicators/ (consultado em janeiro de 2017).
- Governo do Reino Unido (2015), “Energy Africa campaign”, www.gov.uk/government/news/energy-africa-campaign (consultado em fevereiro de 2017).
- IBP (2015), “The Open Budget Survey 2015”, International Budget Partnership, Washington, DC, internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/publications-2/full-report/.
- IDRC (2016), *Fez: The E-Capital of Morocco*, IDRC, Escritório Regional para o Médio Oriente e Norte de África, Cairo, www.idrc.ca/sites/default/files/sp/Documents%20EN/fez-the-e-capital-of-morocco.pdf.
- IDRC (2007), “E-Fez making government work for people”, www.idrc.ca/en/article/e-fez-making-government-work-people (consultado em janeiro de 2017).
- IFES (2017), Election Guide Calendar, International Foundation for Electoral Systems, www.electionguide.org (consultado em janeiro de 2017).
- International IDEA (2017), www.idea.int/.
- Kettani, D. e A. El Mahidi, (2009), “Fez e-government project: An initiative transforming scientific research to value in Morocco” *Electronic Journal of E-Government*, Vol. 7/4, pp. 371-380, www.ejeg.com/issue/download.html?idArticle=154.
- Kilelo, H. (2015), “Public sector reform in Africa: Focus, challenges and lessons learnt”, *International Journal of Humanities and Social Science Invention*, Vol. 4/7, pp. 19-27.
- L’Energie en questions (2015), “La fondation Borloo pour l’énergie en Afrique entame sa quête de financements”, www.lenergieenquestions.fr/la-fondation-borloo-pour-lenergie-en-afrique-entame-sa-quete-de-financements/ (consultado em fevereiro de 2017).
- Levi-Faur, D. (2012), From “Big Government” to “Big Governance”?, in *The Oxford Handbook of Governance*, Oxford University Press, Londres, DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0001.
- Making Finance Work for Africa (2017), “Collateral registries”, www.mfw4a.org/financial-infrastructure/collateral-registries.html (consultado em janeiro de 2017).
- Mutuku, L., e Mahihu, C. (2014), *Open Data in Developing Countries. Understanding the Impacts of Kenya Open Data Applications and Services*, ODDC iHub Report. www.opendataresearch.org/sites/default/files/publications/ODDC%20Report%20iHub.pdf.
- Nakusera, F. et al. (2008), *Enhancing the Role of Factoring and Leasing Companies in Providing Working Capital to Small and Medium Enterprises (SMEs) in Namibia*, Departamento de Pesquisa do Banco da Namíbia, Windhoek.
- NDI (2017), Global elections calendar, National Democratic Institute, www.ndi.org/elections-calendar?year=2017.
- NU (2011), *Sustainable Energy for All*, Assembleia Geral, 56ª Sessão, Nações Unidas, Nova Iorque, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/650/54/PDF/N1165054.pdf?OpenElement>.
- OBG (2017), *Tanzania Lays Out Big Investment in Power Generation*, Oxford Business Group, www.oxfordbusinessgroup.com/news/tanzania-lays-out-big-investments-power-generation (consultado em janeiro de 2017).
- OCDE (2016), *States of Fragility 2016: Understanding Violence*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264267213-en>.
- OCDE (2014), *Accountability and Democratic Governance: Orientations and Principles for Development*, DAC Guidelines and Reference Series, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264183636-en>.
- OCDE/Grupo Banco Mundial (2015), “Inclusive global value chains: Policy options in trade and complementary areas for GVC integration by small and medium enterprises and low income developing countries”, Relatório preparado para submeter à Reunião G20 de Ministros do Comércio, Istanbul, Turquia, 6 de outubro de 2015, www.oecd.org/trade/OECD-WBG-g20-gvc-report-2015.pdf.
- OIT (2014), *The Informal Economy and Decent Work: A policy resource guide supporting transitions to formality*, Organização Internacional do Trabalho, www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS_223635/lang-en/index.htm.
- Okeke-Uzodike, O.E. e P. Chitakunye (2014), “Public sector performance management in Africa: Reforms, policies and strategies”, *School of Management, IT and Governance*, Universidade de Kwazulu-Natal, África do Sul, DOI: 10.5901/mjss.2014.v5n26p85.
- ONE (2005), Rapport Annuel 2005, Office National de l’Électricité, www.one.org.ma/fr/pdf/rural05.pdf.
- ONEE (2016), “Bilan du PERG à fin 2015”, Office National de l’Electricité et de l’Eau Potable (ONEE), www.one.org.ma/fr/pages/interne.asp?esp=2&id1=6&id2=61&t2=1 (consultado em janeiro de 2017).



- Open Data Research Symposium (2015), “3rd International Open Government Data Conference”, www.opendataresearch.org/project/2015/symposium.
- Oppong-Adusah, M. (2012), “Highlights of the collateral registry Ghana redesign project”, IFC, www.ifc.org/wps/wcm/connect/145330004bea0e32a239e71be6561834/Day2-session4-Mike+Oppong-Adusah-Ghana+registry+project+highlights.pdf?MOD=AJPERES.
- Ouedraogo, A. et al. (2012), “It started in Ghana: Implementing Africa’s first collateral registry”, IFC Smart Lessons Brief, Banco Mundial, Washington, DC, documents.worldbank.org/curated/en/717601468037145223/It-started-in-Ghana-implementing-Africas-first-collateral-registry.
- Oyuke, A., P. Halley-Penar e B. Howard (2016), “Off-grid or ‘off-on’: Lack of access, unreliable electricity supply still plague majority of Africans”, *Dispatch 75*, Afrobarómetro, afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r6_dispatchno75_electricity_in_africa_eng1.pdf.
- PNUD/The Panos Institute West Africa (2009), *E-governance and Citizen Participation in West Africa: Challenges and Opportunities*.
- República da África do Sul (2016a), “Department of Energy: Annual report 2015/16”, Departamento de Energia, Pretória, África do Sul, www.energy.gov.za/files/Annual%20Reports/DoE-Annual-Report-2015-16.pdf.
- República da África do Sul (2016b), “Energy: Strategic plan 2015-2020”, Departamento de Energia, Pretória, África do Sul, www.energy.gov.za/files/aboutus/DoE-Strategic-Plan-2015-2020.pdf.
- República da Etiópia (2016), “Growth and Transformation Plan II (2015/16 – 2019/20): Volume 1”, Comissão Nacional de Planeamento, Adis Abeba, maio de 2016.
- Rhodes, R.A.W. (2012), “Waves of governance”, in *The Oxford Handbook of Governance*, Oxford University Press, Londres, [dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0003](https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0003).
- SME Finance Forum (2015), “Entrepreneurs encouraged to apply for funding in Namibia”, www.smefinanceforum.org/post/entrepreneurs-encouraged-to-apply-for-funding-in-namibia (consultado em janeiro de 2017).
- Smoke P. (2015), “Managing Public Sector Decentralization in Developing Countries: Moving Beyond Conventional Recipes”, *Public Administration and Development*, pp. 250-62.
- Stein, P. (2013), *Access to Finance: SSA*, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.
- The Economist (2014), “Malawi’s cashgate scandal”, www.economist.com/blogs/baobab/2014/02/malawi-s-cashgate-scandal (consultado em fevereiro de 2017).
- UNECA (2003), *Public Sector Management Reforms in Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/uneca/unpan014953.pdf.
- União Africana (2017), Relatórios das eleições, www.au.int/web/en/documents/688.
- UNIDO/GTZ (2008), *Creating an Enabling Environment for Private Sector Development in SSA*, Viena, www.unido.org/fileadmin/user_media/Publications/documents/creating_an_enabling_environment_for_private_sector_development_in_subSaharan_Africa_01.pdf.
- USAID (2017), “Power Africa”, www.usaid.gov/powerafrica (consultado em fevereiro de 2017).
- Wike, R. et al. (2017), “In key African nations, widespread discontent with economy, corruption”, Pew Research Center, Washington, DC, www.pewglobal.org/2016/11/14/in-key-african-nations-widespread-discontent-with-economy-corruption/.



From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Governança política e económica em África”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-8-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.